

“Fábrica do Castanheiro: o motor da cidade industrial”- Estudos sobre o fundo histórico da firma António Costa Guimarães, Filho & C.^a (1844-1926)

António Costa Guimarães, Filho & C.^a - 1844-1926

Estudos sobre o fundo histórico da firma

António Costa Guimarães, Filho & C.^a

1844-1926

Fábrica do Castanheiro

O motor da cidade industrial

“FÁBRICA DO CASTANHEIRO: O MOTOR DA CIDADE INDUSTRIAL”- ESTUDOS SOBRE O FUNDO HISTÓRICO DA FIRMA ANTÔNIO COSTA GUIMARÃES, FILHO & C.^a (1844-1926)¹

Introdução

A tradição têxtil ligada à cultura do linho é ancestral e está etnográfica e historicamente enraizada em Guimarães. Embora se tenha perdido no tempo, mantém-se viva no imaginário local graças ao trabalho desenvolvido pelo Rancho Folclórico da Corredoura (S. Torcato, Guimarães), que recuperou a memória do linhal, tornando possível, ainda hoje, acompanhar o processo de fabricação do linho, desde a sementeira à colheita, passando pela preparação do fio e tecelagem. O ritual está descrito em livro² e é anualmente reconstituído, num evento de animação turística.

Com a introdução da tecnologia mecânica no século XIX a importância do linho diminuiu a favor da utilização do algodão como matéria-prima. Apesar desta mudança, Guimarães manteve-se muito ligada à indústria têxtil e esta tornou-se na sua principal atividade económica, perdurando no tempo até aos nossos dias.

Em consequência da Revolução Industrial e do nascimento da «civilização industrial» gerou-se uma transformação irreversível com impacto em diferentes dimensões da vida dos sujeitos e da sociedade. Na origem desta transformação encontramos a capacidade inventiva daqueles que foram capazes de transferir o conhecimento para a indústria e para a economia. A chuva de patentes, máquinas e novos processos de produção abateu-se inicialmente sobre a Europa e expandiu-se ao mundo, tendo na indústria têxtil o seu nervo central.

Em Portugal, o fervor industrializante também aconteceu, particularmente na indústria têxtil, nos séculos XIX e XX, com a região da bacia hidrográfica do Ave a assumir-se como território fértil para acolher a sementeira de fábricas que em poucas décadas floresceu na paisagem rural. Entre os campos emergiram edifícios em pedra com telhados geometricamente recortados e pontuados por enormes chaminés fumegantes, ao abrigo dos quais se acolhiam máquinas ruidosas. As fábricas começaram por receber lavradores e devolveram operários. Tinham chegado os tempos modernos.

Como ocorreu a mecanização da indústria têxtil, de que forma e qual o ritmo de introdução da nova tecnologia e da adoção das novas fontes de energia? Como evoluiu esta indústria na cidade de Guimarães, já definida como cidade industrial muito antes de existirem as máquinas? O que poderemos saber sobre estes aspetos pouco conhecidos da vida industrial e da relação da indústria com o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação que hoje nos são tão familiares?

No processo de desindustrialização ocorrido nas últimas décadas do século XX também se desmaterializou a memória, perdendo-se muitos documentos que poderiam auxiliar na reconstituição histórica do setor têxtil, designadamente, edifícios, máquinas, equipamento de laboratório, livros de contabilidade e objetos do quotidiano fabril. A incorporação do fundo histórico da Fábrica do Castanheiro no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta contrariou, em parte, esse processo.

Trata-se de um acervo de elevado valor patrimonial e científico, que apresenta uma coleção de documentos fundamental à compreensão da história de uma das fábricas mais emblemáticas de Guimarães. Considerando que é a primeira fábrica mecânica instalada na cidade berço, permite perceber a evolução da indústria têxtil,

¹ Este artigo insere-se no âmbito do projeto de doutoramento intitulado “O contributo da Ciência e da Tecnologia para o Desenvolvimento da Indústria Têxtil e do Vestuário - Uma abordagem historiográfica ao setor da ITV em Guimarães entre 1850 e 2016”, do curso de Doutoramento em História das Ciências e Educação Científica, da Universidade de Coimbra, orientado pelo Professor Doutor Décio Martins, Centro de Física da Universidade de Coimbra, e co-orientado pelo Professor Doutor Carlos Fiolhais, Centro de Física da Universidade de Coimbra, e pelo Professor Doutor Gilberto Santos, Escola Superior de Design - Instituto Politécnico do Cávado e do Ave.

² CACHADA, Armindo – O linho no campo e na arca – Guimarães: Grupo Folclórico da Corredoura, 2004

sobretudo nos seus anos dourados até à interrupção forçada por duas guerras mundiais e o período de estagnação entre as décadas de 40 e 60.

Este artigo é o primeiro resultado de um trabalho de pesquisa e análise a documentos da Fábrica do Castanheiro relativos ao período de 1844 a 1926. Representa uma pequena parte de um trabalho de campo mais abrangente que envolve o estudo de outras fábricas centenárias de Guimarães, num contexto de investigação que procura identificar, nas quatro fases da Revolução Industrial, a relação da indústria têxtil com a inovação tecnológica.

Considerando a diversidade de elementos disponíveis, representa escolhas da investigadora (centrada nos objetivos do seu estudo sobre a interação da indústria com a tecnologia e a ciência), que se esforçou para apresentar, com este contributo, um panorama suficientemente diversificado sobre a firma António da Costa Guimarães, Filho & C.^a e a Fábrica do Castanheiro. Procura-se, assim, que esta história ganhe uma natureza mais abrangente e adverte-se, previamente, o leitor para o facto de estarmos perante uma parte de um conjunto muito vasto de dados, o que justifica a necessidade de aprofundar a investigação.

I – Guimarães, uma cidade industrial

A transição entre a produção artesanal e a produção por máquinas também ocorreu em Portugal. Embora o processo tenha sido tardio e lento alastrou pelo país, sobretudo nas regiões onde a indústria estava presente – como é o caso de Guimarães.

A certa altura tornou-se imperativo para Portugal acompanhar o desenvolvimento que varria a Europa, mas, como o país não dispunha de tecnologia própria e o seu sistema científico era muito rudimentar, não restou outra solução senão importar a Revolução Industrial. A indústria têxtil é um bom exemplo.

Na carta que concede a elevação de Guimarães a cidade, a Rainha D. Maria II refere-se à então *villa* como *berço da monarquia* e do primeiro rei, Dom Afonso Henriques. Uma vila que *“desfructa a primazia de ser uma das mais populosas da provincia do Minho, e a mais florescente em diversos ramos de industria, à qual são devidas a sua opulência e prosperidade, e as suas relações commerciaes dentro e fóra do Paiz”*.³

A industrialização em Guimarães envolveu, não apenas a indústria têxtil, mas também outros setores de referência (histórica) como a indústria dos curtumes, das cutelarias e do calçado, e que contribuíram fortemente para definição do perfil industrial diversificado que caracteriza o concelho ainda hoje.

O século XIX foi um período de grande crescimento e desenvolvimento industrial e, consequentemente, económico. Um crescimento que encontra na ciência e na tecnologia da época o seu suporte, como se pode confirmar ao estudar em profundidade documentos históricos como os que integram a coleção da Fábrica do Castanheiro.

Guimarães manteve viva a sua capacidade de afirmação, destacando-se o período histórico de 1882 a 1900. A cidade enfrentou o poder centralista de Lisboa defendendo a relevância do seu valor económico no contexto do país. Distinguiu-se, assim, no contexto social e politicamente amortecido da época e tornou possível a reunião de um escol da sociedade, cavalheiros de diferentes origens e sensibilidades políticas, intelectuais, culturais e económicas, em torno de um movimento que racionalizou o progresso, com uma visão muito concreta do tipo de cidade que se pretendia construir. Era uma visão apoiada em países de referência como a Inglaterra, a Alemanha e a França.

³ Carta da Rainha D. Maria II de elevação de Guimarães a cidade, (1853) AMAP Cota: 8-1-2-11

Alberto Sampaio⁴ foi o primeiro a questionar o lugar da indústria na identidade de Guimarães e, sobretudo, a sua importância estratégica para a economia nacional. No artigo “*Resposta a uma pergunta: Convirá promover uma exposição industrial em Guimarães?*”⁵ explica a necessidade de se apresentarem as indústrias locais para estimular o seu *rejuvenescimento e aperfeiçoamento*, para além de se esclarecerem as omissões do Inquérito Industrial de 1881.⁶

O artigo agitou a sociedade vimaranense e originou um movimento que contribuiria para transformar 1884 no ano em que a cidade viveu a sua própria revolução de modernidade⁷: chegou o comboio (14 de abril), realizou-se a exposição industrial (15 de junho a 26 de julho), lançou-se a *Revista de Guimarães* e o jornal *O Comércio de Guimarães* (ainda ativo) e foi finalmente decretada a abertura da escola industrial.⁸

A Exposição Industrial de Guimarães de 1884 foi um assinalável acontecimento e uma demonstração de vitalidade económica, na qual participaram 173 expositores representando 43 *classes*, distribuídas pelas salas, corredores e pátios do Palácio de Vila Flor. A firma António da Costa Guimarães, Filho & C.^a, da Rua Nova de Santo António, partilhou com os seus concorrentes um espaço numa das salas do rés do chão, e o fundador da Fábrica do Castanheiro, António da Costa Guimarães receberia, pela representação, três diplomas de primeira classe.⁹

O seu negócio de tecidos era próspero.¹⁰ Fundara a firma em 1854 mantendo uma rede de tecelões com quem já trabalhava, pelo menos desde 1844.¹¹ Antecipando a reflexão feita por Alberto Sampaio sobre a necessidade de modernizar a indústria e adotar o progresso mecânico para substituir o *trabalho antigo* e manual, o negociante entendeu que estava na hora de abraçar a inovação tecnológica e implementá-la em Guimarães.

Enviou para Inglaterra o seu caixeiro, Manoel Pereira Bastos¹², um jovem inteligente cujo talento para as matemáticas e mecânica têxtil se tinha evidenciado no quotidiano que viviam na gestão da rede de tecelões. Guimarães e Bastos assumiam o controlo de qualidade da produção, abasteciam o sistema com matérias-primas (fio de linho e algodão) e quando os teares manuais sofriam uma avaria, o caixeiro logo solucionava o problema.

⁴ Alberto da Cunha Sampaio (1841-1908), natural de Guimarães. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra e notável historiador, foi mentor da Exposição Industrial de Guimarães de 1884, promovida pela Sociedade Martins Sarmento (de que foi sócio fundador). Pioneiro da história económica, alguns dos seus artigos publicados na Revista de Guimarães serviram de ignição para a mudança operada na sua região.

⁵ Sampaio, Alberto - *Resposta a uma pergunta. Convirá promover uma exposição industrial em Guimarães?* Revista de Guimarães: 1 (1) Jan.-Mar. 1884, p. 25-34. (1884)

⁶ O Inquérito Industrial de 1881 foi decretado pelo ministro Hintze Ribeiro e corresponde ao primeiro trabalho de estatística realizado ao setor industrial em Portugal. As comissões distritais designadas pelo governo para efetuar o levantamento de dados nas circunscrições administrativas procederam à aplicação dos inquéritos diretos e indiretos. Distribuíram-se mais de 100 mil questionários por todo o país, mas os resultados da recolha foram um fracasso. A maioria dos industriais, por desconfiança e desinformação, ou não respondeu às 17 perguntas formuladas ou fugiu à verdade. A validade dos resultados finais é questionável e, no caso das indústrias de Guimarães, ficou longe da realidade da época o que suscitou crítica local. O mesmo se passou um pouco por todo o país. O Relatório foi reprovado por industriais, sindicalistas e opositores políticos, mas permanece como um documento histórico de referência que é incontornável.

⁷ NEVES, António A. das, LAMEIRAS, Alberto (orgs.) - *1884 - O ano que mudou Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 2010.

⁸ A Escola Industrial de Guimarães foi criada em 1864 mas foi necessário esperar 20 anos pelo decreto que efetivamente autorizou o seu funcionamento (3 de dezembro de 1884)

⁹ No relatório da Exposição Industrial de Guimarães são indicados os produtos expostos por A. da Costa Guimarães que mereceram distinção de 1.^a classe: linha, tecidos brancos de linho e algodão, roupa branca lisa e bordada, meias lisas e abertas, colchas, toalhas de *crochet* e bordados a cores.

¹⁰ MÓNICA, Maria Filomena - *Capitalistas e industriais (1870-1914)*, Análise Social, Vol. XXIII (99), 1987-5º, 819-863.

¹¹ O documento mais antigo do fundo histórico da Fábrica do Castanheiro é um Livro Razão de 1844 e contempla registos de atividade do primeiro estabelecimento comercial de António da Costa Guimarães (cota 2-32-18-6)

¹² Manoel Pereira Bastos foi objeto de um estudo paralelo com vista à sua biografia. Trata-se de uma personalidade incontornável na história industrial de Guimarães. Começou como caixeiro ao serviço de António da Costa Guimarães e, após uma vida integralmente dedicada à Fábrica do Castanheiro, da qual foi diretor e sócio, seria distinguido com a Comenda de Mérito Industrial, atribuída por proposta do Presidente da República, General Óscar Carmona, que o conheceu pessoalmente numa visita que fez a Guimarães. A biografia intitulada-se “*Manoel Pereira Bastos e a chegada dos teares mecânicos de Manchester a Guimarães (1884)*”, será apresentada no Encontro Internacional “História Biográfica e Intelectual da Ciência, Tecnologia e Inovação: Perspectivas filosóficas e visões de política” - (Eixo temático 3 – Engenheiros e industriais: os arautos da Técnica), Universidade de Évora, 23 e 24 de novembro de 2017.

Corria o ano de 1883 quando Manoel Pereira Bastos chegou a Manchester para enfrentar um tirocínio de 18 meses nas oficinas dos reputados fabricantes de teares mecânicos ingleses. Contrariando o que seria mais fácil na época - convocar os serviços de uma das muitas agências estrangeiras sediadas no Porto - António da Costa Guimarães determinou que o seu homem de confiança visitasse as fábricas inglesas, aprendesse sobre mecânica têxtil e escolhesse os teares mais adequados à fábrica que, entretanto, se preparava em Guimarães.

Com a introdução dos teares mecânicos na Fábrica do Castanheiro iniciava-se um processo de atualização tecnológica que posicionaria esta unidade fabril na liderança, envolvendo nesse crescimento todas as fábricas (fiações e tecelagens da região) e oficinas individuais (muitas ainda a funcionar nos domicílios rurais e associadas à firma de António da Costa Guimarães).

Até ao final do século XIX surgiram novas fábricas, destacando-se a instalação da Companhia de Fiação e Tecidos de Campelos (1890) e da Fábrica do Moinho do Buraco (1890). Mais tarde, apareceriam novas unidades fabris espalhadas por todo o concelho e distribuídas por três grandes pólos: Pevidém, Moreira de Cónegos e Campelos (S. João de Ponte).

Para além da locomotiva a circular pela linha férrea, da nova imprensa, da escola industrial e de uma exposição industrial de impacto nacional, o ano que mudou Guimarães também coincidiu com a chegada dos teares mecânicos de Manchester. A história acontecia e Guimarães, a cidade insubmissa, estava a viver a sua própria revolução industrial.

A importância do património industrial

Para documentar a história, e a história da ciência e da tecnologia em particular, é indispensável aceder aos arquivos, espólios e acervos, mas nem sempre essa tarefa é exequível. No campo da arqueologia industrial têxtil, e particularmente na região do Vale do Ave, apesar da existência de uma rota histórica industrial¹³ e de um museu¹⁴ essa dificuldade é acrescida.

A desindustrialização verificada nas décadas de 80 e 90 do século XX levou à destruição de máquinas, equipamentos, edifícios e documentação, muitos deles de valor histórico e patrimonial, apagando-se, com o seu desaparecimento, qualquer possibilidade de recompor uma parte importante da história da indústria têxtil portuguesa.

Estas perdas são compensadas pela existência de catálogos de fabricantes nacionais e estrangeiros, artigos publicados pela imprensa de época, assim como algumas coleções históricas de fotografia e de postais ilustrados que ainda é possível encontrar nos arquivos públicos, institucionais e em coleções particulares. Trata-se de recursos particularmente relevantes para a pesquisa principal que nos encaminhou até este fundo documental, considerando-se as dificuldades associadas ao nosso objeto de estudo - a articulação da ciência e da tecnologia com a indústria.

São poucos os arquivos documentais, aparelhos, engenhos e máquinas que sobreviveram à desativação das fábricas têxteis do Vale do Ave, embora alguns tenham sido resgatados a tempo, encontrando-se, por exemplo,

¹³ A Rota do Património Industrial do Vale do Ave foi um projeto promovido pela Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave (ADRAVE) com apoio financeiro de fundos comunitários (Programa Operacional da Região do Norte, eixo 1, medida 1.4, lançado em 1999. Envolveu oito concelhos do Vale do Ave: Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Santo Tirso, Trofa Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela). Foram identificadas as principais fábricas e edifícios industriais e criado um roteiro que não está ativo. Alguns dos edifícios constantes do roteiro estão degradados.

¹⁴ O Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave (MIT), foi fundado em 1987 no âmbito de um projeto de investigação em arqueologia industrial e teve como objetivo central a preservação do património industrial. Funciona em instalações cedidas pelo município de Vila Nova de Famalicão e reúne máquinas, equipamento, mobiliário e acervo documental proveniente de algumas indústrias do Vale do Ave. Embora limitado por constrangimentos de várias ordens, tem desenvolvido um notável esforço em torno da preservação e divulgação da história do setor quer através de publicações, organização de conferências e palestras, estudos, exposições temáticas e visitas guiadas.

à guarda do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave. Há ainda coleções documentais na posse de famílias, antiquários e até antigos operários. Embora protegidos e a salvo, não estão facilmente acessíveis para estudo ou exposição. Os edifícios, muitos deles já destruídos, outros em ruínas, devolutos ou sujeitos a modificações irreparáveis, pontuam a paisagem como despojos. Outros foram recuperados e ganharam nova funcionalidade. Muitas famílias, reconhecendo a importância da preservação material das memórias das (suas) fábricas, mantêm documentos e objetos que são fundamentais para a boa compreensão da história das indústrias.

Porque é o património industrial tão importante?¹⁵ Para documentar a história da ciência e da tecnologia, para assegurar a vinculação da cidade à sua natureza e identidade industrial e para preservar a riqueza histórica das indústrias, profundamente relacionadas com os progressos científicos e tecnológicos desde os primeiros momentos da Revolução Industrial.

A materialização da memória é um aspeto central para que o conhecimento do passado industrial das cidades se aprofunde com prática cultural. Atribuindo-se um rosto e existência aos intérpretes dessa ação histórica, resgatando industriais, mestres, engenheiros, inventores, técnicos e operários do anonimato obliterante, aproxima-se essa história da comunidade à qual pertence. O mesmo se aplica aos palcos dessa história, as fábricas, as oficinas, os salões de teares e fição, as centrais elétricas e hidroelétricas.

Muito do trabalho de investigação que está a ser desenvolvido assenta na transmissão oral, destacando-se o testemunho de industriais e operários como aqueles que mais enriquecem a pesquisa. Porém, sem um bom suporte documental a investigação posiciona-se a favor das especulações. Os edifícios, os objetos, as máquinas e os instrumentos de laboratório das antigas fábricas comunicam com o investigador e transmitem-lhe, com bastante rigor, a informação necessária à construção de uma narrativa sistemática.

Os fundos históricos ajudam a combater essas dificuldades e contribuem para definir o perfil da Guimarães industrial, muito além da paisagem urbana ou das memórias relatadas e transmitidas como heranças, de pais para filhos.

Quando estudamos um espólio documental como o da Fábrica do Castanheiro, somos conduzidos à história da primeira fábrica mecânica de Guimarães e encaminhados para a história de outras fábricas, da própria cidade e da indústria na sua interação com a ciência e a tecnologia. (Fotografia 1)

A coleção documental da Fábrica do Castanheiro

O fundo histórico da firma António da Costa Guimarães (1854-2013) foi entregue em 2016 pela família ao cuidado do Arquivo Municipal de Alfredo Pimenta (AMAP).¹⁶ Trata-se de uma coleção que tem importância estratégica e é particularmente relevante para a análise do primeiro período da industrialização têxtil entre 1850 e 1926.

Partindo do consenso existente entre os historiadores nacionais, que descrevem o processo industrial português como tardio¹⁷, procuraram-se pontos de convergência com esta linha teórica a partir do fenómeno de expansão têxtil em Guimarães. Seriam obsoletas as primeiras máquinas importadas de Inglaterra e da Alemanha?

¹⁵ Esta é a pergunta de partida para um trabalho apresentado ao 2º Congresso Internacional "As Cidades na História". No artigo "*Guimarães, cidade industrial? Entre a memória e o esquecimento*" debater-se-á criticamente a preservação da memória industrial, patrimonialização, musealização e inscrição da *história industrial* na história de Guimarães que é Património Cultural da Humanidade.

¹⁶ Este acervo reúne cerca de 300 itens que estão a ser consultados e estudados em profundidade, pela primeira vez, no âmbito do projeto de doutoramento identificado neste artigo. Por convite da direção do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP) de Guimarães, foi realizada uma conferência no dia 23 de junho de 2017, no âmbito da qual se apresentou uma leitura genérica sobre os aspetos mais relevantes dos documentos estudados relativos ao período de 1844 a 1926.

¹⁷ É uma perspetiva que reúne consenso entre os historiadores portugueses que se dedicam ao estudo da arqueologia industrial destacando-se, a este propósito, os trabalhos "*Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX*", de José Amado Mendes (1980), "*Património Industrial do Vale do Ave*" de José Lopes Cordeiro (1992) e "*A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913*", de Jaime Reis (1987).

A indústria têxtil local cumpriu todas as fases de desenvolvimento tecnológico ou dirigiu-se diretamente para os avanços da sua época¹⁸?

Através da leitura conjugada dos diferentes documentos identificam-se os períodos de maior intensidade na aquisição de maquinismos, o impacto destas inovações na produção e nos resultados de negócio, assim como o esforço para acompanhar a vanguarda tecnológica europeia da época. A qualidade dos registos também contribui para conhecer melhor a história de outras fábricas, o desempenho industrial, a relação com os mercados e os fornecedores, a durabilidade e fidelização das relações comerciais e posicionar as fábricas têxteis de Guimarães no contexto nacional e internacional.

A reconstrução da história da Fábrica do Castanheiro e do percurso do seu fundador, António da Costa Guimarães¹⁹ clarifica o contexto em que se operam as mudanças de paradigma e a conversão da tecelagem manual e artesanal para a tecelagem mecanizada e industrial. Nos documentos já estudados identificam-se as individualidades e o papel que desempenharam nessa transição, quer no plano da sua atividade industrial, quer no plano da vida social, evidenciada no protagonismo individual e na influência que os industriais, negociantes e capitalistas acabaram por ter na administração política da própria cidade.

Preservado no seio da família do seu fundador durante décadas, o acervo da Fábrica do Castanheiro é um exemplo que, não sendo único, é raro. Contempla vários elementos: livros de contabilidade dos séculos XIX e XX, documentação técnica, objetos, certificados e diplomas, fotografias e ilustrações (tabela 1).

A documentação contabilística da Fábrica do Castanheiro aponta a dimensão e o trânsito importador de tecnologia (proporcionalmente pequena no contexto de uma Europa industrializada, mas notável à dimensão de uma cidade de província) e permite identificar os principais momentos da vida da Fábrica. Destacam-se os aspetos relacionados com a adaptação tecnológica efetuada ao longo do tempo e que parecem acompanhar a corrente inovadora que se vivia em finais do século XIX e nas décadas que antecederam a Primeira Grande Guerra.

O acesso a documentos técnicos, como plantas, esquemas de montagem de teares, planos de eletrificação, catálogos e manuais, possibilita uma nova visão sobre a mecanização das fábricas têxteis e, particularmente, sobre a relação de dependência nacional da tecnologia e inovação originárias da Inglaterra, Alemanha e Suíça. O trabalho de consulta preliminar deste conjunto revelou a existência de uma relação comercial com os fabricantes e fornecedores ingleses de teares e equipamento técnico de suporte à indústria têxtil, confirmando o interesse pioneiro de António da Costa Guimarães em manter-se na linha da frente no que respeita à aquisição de tecnologia. Um interesse que soube transferir aos seus herdeiros que, por sua vez, mantiveram a inovação tecnológica como característica identitária da Fábrica do Castanheiro.

A tecelagem caseira de artigos de linho, com fio produzido na região e parte importado sobretudo da Irlanda, dominou o negócio da firma *António da Costa Guimarães, Filho & C.ª* até 1884, ano em que, num rasgo visionário, o industrial de Guimarães decidiu introduzir teares mecânicos com maquinação e teares *Jacquard*. A máquina a vapor completou o primeiro ciclo de investimentos.

Através dos Diários e Balanços do ano de 1884 confirma-se o investimento na formação de um empregado da fábrica para Manchester com o intuito de adquirir conhecimentos sobre teares mecânicos e estabelecer contactos com os principais fabricantes ingleses para comprar o primeiro equipamento têxtil mecanizado a chegar à cidade, e tudo indica, também à região, e que estaria na origem do arranque industrializante da indústria têxtil em Guimarães.

¹⁸ O desenvolvimento tecnológico tardio não foi um fenómeno exclusivamente português como sugeriu John Davis no artigo "A industrialização na Inglaterra e na Europa antes de 1850: novas perspectivas e velhos problemas" (1998).

¹⁹ No último capítulo deste artigo deixa-se um breve apontamento biográfico sobre António da Costa Guimarães

Tabela 1 - Acervo documental da Fábrica do Castanheiro

Tipologia	Data	Descrição
Contabilidade	1844 a 1991	Livros Razão, Diários, balanços e balancetes, inventários, registos de devedores e credores, fornecedores, clientes
Técnica	1884 a 1936	Teares, máquinas a vapor, locomóvel, equipamento elétrico, viaturas automóveis, produtos químicos, plantas e memórias descritivas (edifícios, oficinas, central elétrica)
Geral	1857 a 1936	Investimento em formação técnica e académica, papéis de crédito e negócios, apoio às instituições políticas, culturais, educativas e sociais
Diplomas e certificados	1857, 1873, 1884, 1923, 1953	Certificados e diplomas de participação nas exposições universais e mundiais - Londres, Paris, Viena, Filadélfia, Rio de Janeiro, Porto, Lisboa
Objetos	Séculos XIX e XX	Tabelas de preços, regulamento da fábrica, mostruários dos vendedores, selo branco em metal, numerador em metal (máquina), numerador preçário, tinteiro em vidro, carimbos (com pega de madeira), chapas de carimbo em metal
Fotografias e ilustrações	Séculos XIX e XX	Instalações da fábrica (fiação e tecelagem), exposições, oficinas, trabalhadores, máquinas, mercadorias e produtos

Fonte: Fundo histórico da Fábrica do Castanheiro (AMAP)

II – A história nos livros de contabilidade

Os livros de contabilidade são uma importante fonte histórica. A abundante informação que oferecem ultrapassa o usual registo de negócios, movimentos de caixa, débitos e créditos. Autênticos *diários de bordo* da vida da fábrica e da família que a administra, asseguram, por isso, uma contextualização muito próxima dos acontecimentos, enriquecida por registos manuscritos de elevado pormenor, a partir dos quais se viabiliza parte da reconstituição da história.

Assim, acompanhamos a evolução tecnológica da fábrica, tal como a vida das outras fábricas com as quais a Castanheiro mantinha negócios, os seus fornecedores, os clientes, os fabricantes e também os mestres, os artistas, os técnicos e os operários. Sabemos os seus nomes, as cidades e vilas de origem, os produtos que vendiam ou os serviços que prestavam. De igual maneira, a vida familiar mistura-se na rotina contabilística da fábrica, com os seus consumos de quotidiano, igualmente compilados nos livros. Na profusão dos registos de caixa destacam-se as referências extremas, por exemplo, a despesa com a aquisição de um regador e a compra de uma locomóvel para a casa das máquinas.

O valor patrimonial, histórico e científico da coleção é reforçado pela continuidade de registo, oferecendo a sequência documental de livros Razão uma descrição quase cronológica dos principais momentos da Fábrica, a sua evolução tecnológica, as prioridades de gestão, a capacidade de investimento, as opções e decisões estratégicas, o modelo de gestão e a sua adaptação às novas realidades que o progresso implicava, com consequências na própria configuração da fábrica.

Uma leitura cuidada dos primeiros livros Razão e Diários (1844 a 1917) contribui para esclarecer pormenores sobre os negócios realizados antes e depois da mecanização, destacando-se uma forte relação comercial com os

fabricantes ingleses de teares e equipamento técnico de suporte à indústria têxtil. A relação estabelecida entre o industrial de Guimarães e os fornecedores ingleses, na sua maioria sediados na *Great Manchester*, distinguiu-se de outras estabelecidas por industriais da região, porque na primeira abordagem evitou a mediação de agentes estrangeiros.

O negócio começou com uma rede de teares ao domicílio²⁰ abastecidos com fio de linho por António da Costa Guimarães. O sistema de produção, também designado de *“putting out”* – predecessor de uma prática que ainda hoje subsiste, sobretudo no setor de vestuário e confeção – implicava um acompanhamento permanente para controlo de qualidade e a recolha (compra) dos panos produzidos para comercialização.

A fábrica apareceu como espaço centralizador e impôs outras lógicas de gestão e de organização, decorrentes da própria complexidade de interação do homem com as máquinas, algo absolutamente assombroso, especialmente num contexto social de ruralidade e de analfabetismo. A mecânica surge para preencher e dominar a fábrica, elevando o grau de exigência do seu sistema de funcionamento, acrescentando riscos e perigos. Ao mesmo tempo, aumenta a produção e, consequentemente, os lucros.

A introdução das *machinas* faz disparar o número de registos de fornecedores estrangeiros nos livros de contabilidade da Castanheiro. Trata-se, especialmente, de ingleses fabricantes de teares, alemães produtores de equipamento elétrico e químicos, de mestres franceses na arte de perfuração dos cartões Jacquard, de produtores de fio de linho irlandeses e multifacetados engenheiros suíços capazes de corresponder a encomendas de desenhos, teares ou equipamento elétrico patenteado. Os registos também identificam os técnicos e operários especializados, convocados para prestarem serviços especializados, designadamente eletricitas, pedreiros, carpinteiros e serralheiros.

Também os fornecedores e clientes portugueses²¹ figuram nos registos de negócios, em número crescente, destacando-se os Armazéns Grandella (Lisboa) e os Grandes Armazéns Hermínios (Porto), casas de referência para as elites urbanas em finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Exportador experiente de tecidos para o Brasil²², Costa Guimarães manteve a sua aposta no mercado interno. A importação estava centrada nas matérias-primas e equipamento que não encontrava em Portugal - teares mecânicos tipo Jacquard e maquinas (de diversos fabricantes, destacando-se John Harker Sumner Co. Ltd), equipamento a vapor e elétrico (vendido e instalado por intermédio de Joh. Hitzemann), ferramentas e utensílios, ferro fundido (várias toneladas ao longo de anos provenientes da Fundição do Bicalho e Companhia Confiança, ambas do Porto), carvão (proveniente de Cardiff e de Newcastle, mas também adquirido em Portugal), combustíveis (Vacuum Oil Company, agência do Porto) e produtos químicos (Farbenfabriken von Friedrich Bayer, Alemanha). (Anexo 1)

²⁰ Encontramos nos livros mais antigos da coleção, designadamente de 1872, sucessivas listas de fabricantes a quem António da Costa Guimarães fornecia fio e comprava fazendas. Os valores a pagar variavam entre 1\$000 e 9\$000, para pequenos serviços pontuais e 56\$000 e 89\$000 nas contas mais importantes. Numa das primeiras listas são indicados os seguintes nomes: José Pereira Jorge, José Nogueira Pinto, José António da Cunha, Ignácia Jorge Tojaes, Cassiano Pereira, José Joaquim de Oliveira Pinto, Francisco Monteiro, João Mendes, Domingos Cunha, João da Silva Rollo, Manoel Duarte, Francisco Ribeiro, José Martins, Clemente José Fernandes, Manoel de Sá, Luiz Mendes, Domingos Ferreira, Manoel de Sousa, Francisco Machado Fontão, José Pereira Carvalho, Manoel de Sousa Ribeiro

²¹ A expansão do negócio evidencia-se nos primeiros anos do século XX. A Fábrica da Castanheiro tinha clientes no Porto, Lisboa, Coimbra, Viana do Castelo, Lixa, Póvoa de Lanhoso, Vizela, Revinhade, Castro Verde, Peniche, Oliveira do Bairro, Braga, Famalicão, Figueira da Foz, Viseu, Santarém, Vila Real, Guarda, Figueiró dos Vinhos, Castelo Branco, Ferreira do Zêzere

²² Dois nomes sobressaem nas contas da firma: Arantes (cliente desde 1864) e Manuel Ferreira Serpa (desde 1874), ambos instalados com as suas casas comerciais no Rio de Janeiro para onde seguiam os panos fabricados em Guimarães pelos tecelões de António da Costa Guimarães. Os negócios com os dois importadores brasileiros eram mediados pelo agente Ignácio José Ferreira Alves, do Porto.

A participação em exposições nacionais e internacionais

Quando, em 1884, Alberto Sampaio se interrogou sobre a necessidade de realização de uma exposição industrial em Guimarães, a indústria têxtil local já participava em exposições internacionais há, pelo menos, 30 anos e pode-se afirmar que Costa Guimarães era regular e digno representante de Guimarães nos pavilhões de Portugal, expondo os seus fios e tecidos de linho. (Fotografia 2)

Os curtumes, as cutelarias e os têxteis de Guimarães percorreram a Europa e atravessaram o oceano Atlântico rumo às principais exposições do século XIX: de Londres a Paris, de Viena ao Rio de Janeiro e Filadélfia. Levavam produtos de qualidade e traziam medalhas e diplomas, confirmando-se a distinção dos produtos portugueses.

As exposições (internacionais, universais e mundiais) foram o palco privilegiado para o estabelecimento de contactos com os cientistas, os inventores, os fabricantes e os homens de negócios de todo o mundo, assim como com as últimas invenções e inovações tecnológicas aplicadas à indústria. As comitivas nacionais, que integravam industriais, jornalistas e cientistas, testemunhavam, no estrangeiro, a dimensão do atraso tecnológico nacional. Justificava-se, assim, o máximo esforço para a organização de exposições que fomentassem o entusiasmo pela industrialização em Portugal.

António da Costa Guimarães terá reconhecido que a presença nestas montras internacionais constituía uma oportunidade única para capitalizar a notoriedade, contribuir para a reputação da sua marca, alargar horizontes de negócio, estabelecer contactos, acompanhar a evolução tecnológica, recolher ideias e trocar experiências. Assim se definiu o percurso de distinções internacionais em algumas das mais importantes exposições do mundo. Destaca-se, a título de exemplo, a participação na amplamente criticada Exposição Industrial de Viena (1873)²³, onde foi agraciado com uma medalha de bronze (Fotografia 3), a exposição do centenário da independência norte americana em Filadélfia (1876) onde arrecadou nova medalha de bronze, as exposições em Paris (1878, 1889, 1900) recebendo menções honrosas, medalhas de prata e um *diplome d'honneur*, e as participações nas exposições nacionais destacando-se a presença nas exposições do Porto (1857), Braga (1863), e Lisboa (1888).

Na Exposição Industrial de Guimarães (1884) os produtos²⁴ da firma ocuparam alguns armários da quinta sala do piso principal, integrando a “Classe 20.^a” da “*roupa branca, lisa e bordada; meias lisas e abertas; colchas e toalhas de crochet; bordados a cores, fio de prata, de ouro, etc.*”. (Fotografia 4) A par desta presença e exibição de produtos, as instalações fabris (a “oficina”) foi visitada pelo enviado do rei D. Luis I, assim como por outros cavalheiros, essencialmente industriais, engenheiros e negociantes, movidos pela curiosidade e para admirar as modernas máquinas que Costa Guimarães adquirira em Inglaterra.

²³ A Exposição Industrial de Viena (Áustria) ficou marcada pela fraca organização que gerou uma forte crítica por parte de todos os países participantes. Portugal participou mas como organização de industriais e não como representação da nação. Apesar de tudo, António da Costa Guimarães conquistou a medalha de prata no certame.

²⁴ No Relatório da Exposição Industrial de Guimarães consta a lista de produtos apresentados por António da Costa Guimarães, Filho & C.^ª: “*Toalhas de rosto, lisas de damasquillo, adamasçadas, bordadas, guardanapos de diferentes debuxos e qualidades; lenços de linho de diversas qualidades; pannos de linho de varias larguras e qualidades; cobertas de linho e mixtas, com lavores em alto relevo, de 2 e 3 pannos, e d'um só; aparelhos bordados de cama, saias e camisas bordadas de senhora, meias e piugas de linho e algodão; linha em meada, dobrada; caixas e outros objectos de linha*”, in SAMPAIO, Alberto, MEIRA, José Joaquim de - Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884, fac-símile. Guimarães: Muralha - Associação de Guimarães para a Defesa do Património, 1991

Tabela 2 – Participação de António da Costa Guimarães, Filho & C.^a nas exposições mundiais, universais, nacionais e internacionais (1857 a 1889)²⁵

Ano	Nome	Cidade/País	Prémios
1857	Exposição Internacional do Porto	Porto, Portugal	Medalha de prata
1863	Exposição Industrial e Agrícola de Braga	Braga, Portugal	Medalha de prata
1873	Exposição Industrial de Viena	Viena, Áustria	Medalha de prata
1876	<i>Philadelphia's 1876 Centennial Exhibition</i>	Filadélfia, E.U.A.	Medalha de prata
1878	<i>Exposition Universelle de Paris</i>	Paris, França	<i>Mention honorable</i>
1879	Exposição Portuguesa no Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Brasil	Medalha de ouro
1884	Exposição Industrial Concelhia de Guimarães	Guimarães, Portugal	Diploma -1.ª classe
1888	Exposição Industrial Portuguesa	Lisboa, Portugal	Medalha de prata
1888	<i>Exposition Universelle Republique Française</i>	Paris, França	Medalha de prata
1889	<i>Exposition Universelle de Paris</i>	Paris, França	<i>Diplôme d'Honneur</i>

Fonte: Fundo histórico da Fábrica do Castanheiro (AMAP) e coleção da família

A notoriedade alcançada pela sucessão de participações distinguidas nas exposições internacionais, contribuía para capitalizar uma reputação de excelência, cada vez mais firme. As viagens ao estrangeiro, que de acordo com testemunhos de familiares do fundador, se realizavam regularmente, concederam a António da Costa Guimarães, e mais tarde aos seus filhos, mundividência, expressa no interesse que manifestavam pelos progressos científicos e técnicos do seu tempo e pela experiência de contacto com o mundo que lhes ofereceu novos horizontes.

Os benefícios dessa cruzada internacional - notoriedade, reputação e credibilidade - refletiram-se na imagem da Fábrica. Os diplomas e medalhas, concedidos pelos júris exigentes e conceituados²⁶ dos países mais desenvolvidos, confirmavam a qualidade do trabalho e dos seus produtos, ainda que conquistados à custa de métodos produtivos bastante arcaicos, essencialmente manuais, e reveladores do atraso tecnológico do país perante as nações do progresso industrial. (Fotografia 5)

²⁵ A comunicação “*Indústria têxtil: expor Guimarães ao mundo desde o século XIX*”, admitida no painel “Cidade Industrial” do 2.º Congresso Internacional - As cidades na História (Guimarães, 18 a 20 de outubro, 2017) -, explora, com mais pormenor e abrangência, a participação da indústria têxtil de Guimarães nas exposições universais, mundiais, internacionais e nacionais.

²⁶ Para além das comissões organizadoras e executivas, as exposições reuniam comissões de avaliação e júris, distribuídos por cada classe ou setor de atividade. Eram convocados para essa missão homens de elevada projeção e competência, geralmente ligados à indústria, ao comércio, às artes, à banca, incluindo engenheiros, cientistas, inventores, capitalistas e negociantes. Portugal, para além dos seus comissários, expositores e produtos, tinha representação em alguns júris. A atribuição de distinções traduzia-se num corolário de sucesso que posteriormente, governo e industriais tentavam capitalizar da melhor forma possível.

A origem do nome e a imagem de marca

O sucesso passou a figurar como coadjuvante da marca e da identidade da Fábrica do Castanheiro, que deve o seu nome ao lugar onde se implantou, na freguesia de Urgezes, e também à árvore que acompanhou a vida da empresa ao longo dos anos até ser derrubada por ordem do gestor, em finais do século XX.²⁷

Uma representação complexa e repleta de significados estrutura o primeiro emblema da fábrica.²⁸ Sobre a teia concêntrica (alusão à teia têxtil, à urdidura e trama que está na base da fabricação dos tecidos, mas também associada à ideia de beleza) evidencia-se uma aranha (a tecelã, urdideira e trabalhadora incansável) compondo entrelaçados sob proteção do selo de Salomão, envolvido por um cinto de couro com fivela apertada (uma representação de poder). (Fotografia 6)

Esta será a imagem de marca da Fábrica do Castanheiro durante décadas até ser substituída, já no século XX, por uma folha estilizada de castanheiro. A reformulação da imagem assinala, também, o período de transição da antiga fábrica para a moderna unidade fabril. As medalhas e distinções conquistadas nas exposições internacionais e nacionais, assim como as fotografias mais emblemáticas para a história da fábrica, decoraram as paredes das salas da administração, espaço de acesso restrito a alguns. Já os carimbos com a representação do selo de Salomão²⁹ e das medalhas³⁰ de bronze, prata e ouro obtidas em várias exposições (para utilizar em tipografia e impressão de tecidos), foram guardados e conservados em caixas de madeira e integram o espólio incorporado no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. (Fotografia 7)

Duas evidências são expostas pelo pormenor destes objetos: por um lado, a procura de serviços e fornecedores no estrangeiro, até para trabalhos menores como a produção de um carimbo, por outro lado, a demonstração do atraso cultural e tecnológico português, permeável à introdução dos produtos estrangeiros como única solução. Admite-se, porém, que estes carimbos fossem entregues aos representantes da Fábrica pelos organizadores das exposições, como cunho autorizado e validação do estatuto alcançado pelo expositor. (Fotografia 8)

Organização e gestão: o primeiro regulamento da Fábrica (1900)

Nesta análise destacam-se, por opção, alguns dos documentos mais relevantes da coleção da Fábrica do Castanheiro, porque representam o fim, ou o início, de novas etapas de desenvolvimento da firma. É o que sucede com o primeiro regulamento, que assinala um ciclo de transformações organizacionais, em muito forçadas pela chegada das novas tecnologias e a entrada no novo século. Corria o ano de 1900. (Fotografia 9)

A transição entre o trabalho manual e mecânico, a rede dispersa de trabalho domiciliário e a concentração de mão de obra na fábrica, a gestão de tempo em articulação com o trabalho no campo e a nova ordem laboral estabelecida pela “máquina do tempo”, o relógio, e a tirania da sirene, conduziu à necessidade de normalização. Talvez inspirados pelos exemplos mais conhecidos e próximos - das fábricas inglesas - os sócios da Castanheiro implementaram as regras e normas às quais todos os operários, encarregados e mestres deviam submeter-se.

O primeiro regulamento da Fábrica do Castanheiro, datado de 16 de setembro 1900, é assinado pelo diretor da Fábrica, Manuel Pereira Bastos, o caixeiro que em 1884 foi em missão a Manchester. O “Regulamento da Fábrica

²⁷ O castanheiro da Fábrica foi derrubado e a sua madeira cortada e preservada como documento, para memória futura.

²⁸ Para além do emblema, apostado em toda a documentação administrativa e nas etiquetas, existe uma bandeira bordada a fio dourado sobre cetim azul, muito bem preservada e que está na posse da família.

²⁹ Da coleção destaca-se um conjunto de pequenos cubos de madeira cobertos por placas em bronze e cobre com a estrela de David em alto-relevo, da autoria da célebre fundição e tipografia alemã J.G. Schelter & Giesecke, de Leipzig. Algumas das peças apresentam o cunho da casa alemã representado por uma âncora ladeada pelas letras “J” e “G”.

³⁰ Existe um segundo conjunto de carimbos, também fabricados na Alemanha, pelo *atelier* de Franz Sylvester, de Dresden

de Tecidos a Vapor do Castanheiro” dispunha de três cópias³¹ que a direção da fábrica mandou afixar na entrada da Fábrica, escritório e oficinas “*para conhecimento de todos*”, sendo que “*deveria ser lido a cada pessoa no acto da sua admissão na fábrica*”, o que fazia sentido considerando que entre 75 e 80% da população não sabia ler, escrever ou contar. Este seria um de dois procedimentos obrigatórios. O outro pressupunha o registo de todos os operários admitidos (homens, mulheres e crianças) no “livro de matrícula”³² da Fábrica.

O regulamento dividia-se em três partes, uma componente de regras e normas, que contemplava 11 artigos, a tabela de castigos e multas (que por sua vez se subdividia em repreensões, multas, suspensões e demissões) e um horário de trabalho.

A cada serviço específico correspondia um encarregado, figura de intermediação a quem competia fazer cumprir as normas, “*vigiar*” e “*manter a ordem, disciplina e moralidade nas officinas e não applicar nem consentir castigos corporaes ou maus tratos ao pessoal a seu cargo*”, para além de “*applicar castigos e multas aos operários e mais pessoal (...) pelas faltas em que incorrerem*” e “*registar n'um livro as faltas e multas applicadas, no qual se designe o nome do encarregado, nome do operário, motivo da falta, data e importancia da multa*”.³³

A última palavra cabia ao diretor da fábrica, Manuel Pereira Bastos. Nos dias de pagamento (aos sábados) o diretor confirmava, adiava ou anulava as multas aplicadas pelos encarregados durante a semana e a ele pertencia a “*faculdade de conceder quaesquer licenças ou dispensas*”. Todos os operários da fábrica estavam sujeitos à superintendência do diretor e do encarregado do serviço respetivo “*prestando-lhes inteira obediência em tudo que tiver relação com a disciplina, boa ordem e regularidade dos mesmos serviços*”. Em caso de ausência por doença ou “*motivo justificável*” a falta devia ser comunicada no próprio dia ao diretor “*para não perderem os seus logares*” e “*se a boa regularidade dos serviços da fabrica os poder escusar durante o tempo do impedimento*”.³⁴

O sábado também era o dia dedicado às limpezas. O trabalho fabril e produtivo terminava “*duas horas antes do sol posto*” mas esse tempo era ocupado com as tarefas de “*limpeza das machinas e officinas, sob a inspecção dos respectivos chefes*”. Sujeitos ao rigor dos impedimentos e proibições, assim como às normas de funcionamento, os operários “*d'ambos os sexos*” eram responsabilizados pela boa utilização e manutenção dos instrumentos e máquinas que lhes fossem confiados e submetiam-se a revista à saída da fábrica.

No artigo 9.º estabeleciam-se as condições que poderiam levar à aplicação da medida mais grave, o despedimento, e que seriam a falta ou ausência não comunicada, fumar, entrar nas instalações com fósforos, bebidas ou outros objetos estranhos ao serviço e “*perturbar a ordem do estabelecimento com desordens e conflictos pessoas*”.

Abandonar o posto de trabalho sem licença, não estar presente no seu posto ao sinal de inicio da jornada de trabalho, ir para outras áreas da fábrica nas quais não tivesse nada para fazer, jogar, conversar ou gritar, ser negligente no seu trabalho e na limpeza e manutenção das máquinas ou “*dirigir a palavra a qualquer visitante ou introduzir dentro das officinas pessoas estranhas ao estabelecimento*”³⁵ concedia o direito à direção de aplicar castigos e multas à altura daqueles comportamentos impróprios. As tabelas de castigos previam diferentes níveis de atuação, repreensão, multa, suspensão e demissão para cada situação prevista regulamentarmente.

³¹ Um desses exemplares encontra-se exposto no Museu da Indústria Têxtil do Vale do Ave (Vila Nova de Famalicão).

³² Apesar de referido, não foi possível encontrar, no acervo da Fábrica do Castanheiro, o livro a que se refere o Artigo 4.º: “*Haverá no escriptorio da fabrica um livro de matricula aonde serão inscriptos no acto da admissão os operarios d'ambos os sexos*” (Regulamento da Fábrica de Tecidos a Vapor do Castanheiro, 1900. Cota 6-66-15-7, AMAP

³³ Artigo 1.º do Regulamento da Fábrica de Tecidos a Vapor do Castanheiro, 1900. Cota 6-66-15-7, AMAP

³⁴ Artigos 2.º a 6.º, idem

³⁵ Artigos 9.º e 10.º, idem

A jornada diária de trabalho variava entre as 10 horas e 45 minutos (na segunda quinzena do mês de março) e as 13 horas e 30 minutos (na segunda quinzena do mês de junho). Entre os meses de abril e agosto a entrada para o trabalho alinhava-se pelo nascer do Sol, sendo que o mês de junho correspondia àquele em que a entrada se fazia mais cedo (às 4h30 da madrugada) e os meses de dezembro e janeiro aqueles em que a entrada se verificava mais tarde (7h15). O regime de serão (até às 8 horas da noite) aplicava-se nos meses de janeiro, fevereiro, março (primeira quinzena), setembro (segunda quinzena), outubro, novembro (primeira quinzena) e dezembro. O trabalho de “*Sol a Sol*”, que muitos já conheciam dos hábitos do campo, transferia-se para intramuros, para as oficinas e salões de tecelagem e fiação. (Fotografia 10)

Tabela 3 – Resumo da tabela de castigos previstos no Regulamento da fábrica

Medida	Motivo, multas e decisões	
Repreensão	Chegar mais tarde ao trabalho sem justificação	
	Deixar entrar operários atrasados	
	Afastar-se do posto de trabalho	
	Ir para outras áreas da fábrica sem licença	
	Jogar, conversar, gritar	
	Deteriorar máquinas, utensílios, produtos e edifício	
	Ser negligente no desempenho e na limpeza	
	Não estar no seu posto ao sinal de início do trabalho	
	Dirigir palavra a visitantes	
	Introduzir estranhos na fábrica	
	Limpar máquinas antes da hora destinada ao serviço	
Multa	100 reis	Segunda repreensão
	200 reis	Reincidência na falta após primeira multa
	Valor a avaliar	Produtos em más condições
	Indemnização	Deterioração/inutilização de máqui-nas/peças e desvio de objetos
Suspensão	Dias julgados necessários	Reincidência após segunda multa
Demissão	Para os casos de violação dos artigos 1.º a 9.º e “ <i>incorrigíveis</i> ” após pena de suspensão	

Fonte: Fundo histórico da Fábrica do Castanheiro (AMAP)

Considerando que cada tecelão auferia, em média, 30\$000 reis por semana, se fosse repreendido com um castigo de multa pela segunda vez (100\$000 reis) a perda de salário seria significativa, um fardo muito pesado que alguns operários tiveram mesmo de assumir. Nos livros encontram-se referências pontuais a movimentos de caixa relativas ao pagamento dessas multas. Considerando as leituras efetuadas até 1926 infere-se que, se todos os atos foram devidamente registados, apenas os casos muito graves mereceram a efetiva aplicação de tais multas.

Os registos de pagamento semanal de salários informam não apenas sobre o custo do trabalho operário ou especialista, mas também identificam as pessoas e, neste aspeto particular, a riqueza de informações contribui para esclarecer o papel que era confiado aos trabalhadores portugueses e estrangeiros.

Os recursos humanos

Para assegurar as tarefas de produção têxtil (fiação, tecelagem, tinturaria e acabamentos) recrutavam-se recursos humanos pouco qualificados (a maioria não sabia ler, nem escrever) em Guimarães e concelhos vizinhos (Felgueiras, Fafe, Braga). O número de raparigas, com idades entre os 10 e os 20 anos, superava o número de rapazes. Elas eram encaminhadas para os salões da tecelagem, eles para a fiação, sala das máquinas, tinturaria e armazém.

Relativamente às tarefas especializadas contratavam-se *artistas* vimaranenses (carpinteiros, serralheiros, pedreiros, marceneiros, ferradores, pintores), enquanto o trabalho técnico requeria operários especializados (portugueses e estrangeiros) geralmente contratados aos agentes do Porto. É o caso dos eletricitistas de Joh. Hitzemann que entre 1912 e 1913 procederam à instalação de equipamento na *Central Elétrica do Castanheiro*³⁶, cujos pagamentos estão registados nos diários de 1912 e 1913.

A reparação de teares e outras máquinas, que implicasse substituição de elementos ou peças em ferro era geralmente assegurada por uma rede de *artistas*, destacando-se pela quantidade de serviços prestados nas artes da serralharia, os nomes de José Mendes de Castro, Gaspar António Pereira Guimarães e João de Carvalho Guimarães.

Embora sem prescindir do trabalho dos estrangeiros, a Fábrica do Castanheiro não seguiu o exemplo dominante (a generalidade das fábricas da região tinham como diretores engenheiros e mestres ingleses) e optou por designar um português para seu diretor, Manoel Pereira Bastos, que antes de ocupar estas funções, tinha sido mestre e responsável pelas oficinas de tecelagem. Reproduziu-se a mesma estratégia quando a direção da Fábrica decidiu confiar a nova unidade de fiação ao Mestre José Carneiro Coelho Mello que teria como auxiliar o empregado José Jacintho Junior (que viria a contrair matrimónio com uma das familiares do fundador da fábrica).

III - O nascimento da fábrica moderna

Uma leitura atenta dos Diários, Razão, Balanços e Balancetes desta coleção revela a evolução histórica da tecnologia adotada pela fábrica após 1884, o ano de viragem e transformação. É um aperfeiçoamento que não se confina às máquinas e instrumentos mas que se alarga à própria evolução e adaptação do edifício e do espaço em que este se funda. Inscreve-se neste contexto a construção do edifício original, das oficinas, tanques e chaminé, assim como as sucessivas obras de ampliação ou alterações nos portões e marquises.

Relaciona-se, assim, a reconfiguração do espaço fabril com o equipamento, os meios de transporte, as fontes de energia, as matérias-primas, em articulação permanente com os restantes serviços (administração, escritório e vendas). Enumeram-se os *machinismos* de grande dimensão, sem esquecer os utensílios de fabricação ou objetos de proporção inferior mas de grande valor patrimonial. Os primeiros perderam-se no tempo, mas podemos encontrar parte dos segundos à guarda do Arquivo Municipal. Esta conjugação documental elucida-nos sobre o nascimento da *fábrica moderna*. (Fotografia 11)

³⁶ Os técnicos responsáveis pela montagem das máquinas foram Edmundo Blegg, Henrique Platt (Henry Platt), Ludwig Lambrecht e P. Hummer. Recebiam, por semana de trabalho, entre 25\$000 e 70\$000.

Edifícios: entre chaminés e salões de fiação

A chegada dos teares mecânicos obrigou à construção de uma fábrica. Enquanto Manoel Pereira Bastos viajava para Inglaterra e explorava, no coração da Revolução Industrial, o alucinante mundo novo das máquinas e da indústria, em Guimarães, António da Costa Guimarães e o seu filho José Miguel, preparavam o *Edifício da Fábrica*. Pelas plantas e orçamento de construção pagaram 100\$000 reis a um engenheiro, cujo nome não é indicado.³⁷

A construção iniciou-se em 1883 e a laboração arrancou em 1885. Sucederam-se as ampliações e novas construções para instalar os salões de tecelagem e de fiação e outras valências de suporte técnico. Em 1892, a Fábrica contemplava uma rede de estruturas funcionais e organizadas entre si - oficinas, chaminé e tanques – para além de um esboço de bairro operário: “*um renque de casas com terrenos de horta e frente para a estrada*”³⁸.

No espaço de uma década o edifício principal revelou-se manifestamente insuficiente para a quantidade de máquinas adquiridas e de operários contratados. A fábrica expandiu-se e com as obras de ampliação de 1895³⁹ foi necessário alargar o portal e criar um edifício para a caldeira e máquina a vapor (*Casa das Máquinas*). Nos primeiros dez anos de vida a Fábrica do Castanheiro dividiu-se por duas unidades distintas: a Fábrica de Tecelagem do Castanheiro e a Fábrica de Fiação do Castanheiro, abastecidas pela energia a vapor gerada na central autónoma da firma.

A eletrificação da Fábrica do Castanheiro iniciou-se em 1912 e implicou nova fase de construções, desta vez para erguer as cabinas do transformador elétrico. Os trabalhos concluíram-se em 1915 altura em que surge nos livros de contabilidade uma nova rubrica – Central Elétrica do Castanheiro. Renascia a “*fábrica moderna*” sobre a qual se escrevia nos jornais, nos livros e relatórios industriais.

Máquinas e equipamentos

Os ventos de transformação e mudança moviam a cidade de Guimarães para uma nova etapa de desenvolvimento político, social, cultural e económico. A cidade “*fervilhava com novas concretizações e projectos inovadores*”⁴⁰. Entre 1880 e 1900 Guimarães transfigurou-se e o grande motor dessa transformação foi a indústria, uma autêntica locomotiva cuja força de mudança viria a refletir-se naquilo que a cidade é hoje.

Em 1 de julho de 1884 Gustavo Adolfo Gonçalves e Sousa, professor e diretor do Instituto Industrial do Porto, visitou a Exposição Industrial de Guimarães a pedido do rei D. Luís I. A visita oficial não se reduziu ao circunstancialismo formal da representação oficial no palácio de exposições e incluiu uma deslocação ao terreno, num circuito guiado por algumas oficinas e fábricas de Guimarães, do qual resultou um relatório pormenorizado.⁴¹ Nesse documento, publicado em 24 de outubro de 1884, o reputado engenheiro do Porto referiu-se à visita efetuada à oficina de António da Costa Guimarães, onde assistiu ao funcionamento dos teares ingleses: “*... tive ocasião de ver alguns teares mecânicos ultimamente chegados de Inglaterra, com o fim de servirem de núcleo a uma fábrica de tecidos.*”

Entre 1884 e 1894 assinala-se a fase de avanço tecnológico da Fábrica do Castanheiro. Os teares mecânicos e outros equipamentos continuaram a chegar em bom ritmo, apesar do momento económico e político instável que o país estava a viver enfrentando o Ultimato britânico de 1890 e a crise financeira e económica de 1891.

³⁷ Livro de 1884, fls 462, AMAP, cota 2-32-13-1

³⁸ Balanço da Casa Comercial de António da Costa Guimarães, Filho & Companhia, em 31 de dezembro de 1892, AMAP, cota 6-66-15-10-5

³⁹ Livro de 1893-1997, AMAP, cota 2-32-15-8

⁴⁰ BRITO, Francisco - “*Guimarães entre 1853 e 1901: um apontamento político e social*”, III série, vol. III do Boletim de Trabalhos Históricos. Guimarães: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (2014)

⁴¹ Diário do Governo, N.º 243 de 24 de outubro de 1884, Direção das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Repartição da Indústria, p.2713-2717

Em 1892 (ano do falecimento de António da Costa Guimarães) a Fábrica do Castanheiro dispunha de uma máquina a vapor horizontal de alta pressão com potência de 140 cavalos originária dos construtores *James Farner & Sons* de Manchester e adquirida por 415,471 reis⁴², uma caldeira de sistema *Lancashire* com igual potência, uma encarretadeira com 80 tambores de *Matt Brothers & Sons* de Oldham, uma caneleira, 66 dobadeiras, duas urdideiras (uma com 7 metros e outra com 12 metros de circunferência), 30 teares mecânicos completos da *Platt Brothers & Sons*, dois teares para tecido turco de *Robert Mall* de Bury, 11 “maquinetas singelas” dos construtores *James & M.* de Manchester, duas máquinas *Jacquard* de *James & M.*, duas máquinas *Vincenzy*, cartões *Jacquard*, acessórios e peças complementares, de valor global de 10.581\$991 réis (cerca de dez contos de réis). (Fotografia 12)

Os registos de despesas com montagem e conserto de máquinas, incluindo uma despesa com “*tubo de ferro galvanizado de ¾ para conserto da conducta do vapor da caldeira*” e outra com “*carreto de 80 m de corda isoladora para cobertura da conducta do vapor da caldeira para a máquina do Porto à Fábrica*” assim como a aquisição de um “*apito e uma torneira para a caldeira*” a *Henrique Von Hafe* confirmam a existência e funcionamento da referida máquina.⁴³

Com a viragem de século e o aparecimento da eletricidade em Portugal, a indústria têxtil protagoniza novo fulgor tecnológico e a Fábrica do Castanheiro não se exclui desse avanço. Em 1912, o agente alemão instalado no Porto, *Joh. Hitzemann*, recebeu uma encomenda da firma António da Costa Guimarães, Filho & C.^a no valor de 50 mil escudos (50.859\$50). O contrato de compra das máquinas, utensílios e acessórios foi celebrado em 5 de abril de 1912⁴⁴ e representava um novo salto tecnológico para a fábrica. A lista de compras incluiu, entre outros, uma locomóvel *Lantz Compound* de 140 cavalos, um gerador de corrente trifásica de 130 kW (no valor de 1.500\$00) dos *Ateliers de Construction Oerlikom*⁴⁵, cardas, um torce, vários contínuos, dobadeiras, motores elétricos, e a instalação da luz elétrica na fábrica. (Fotografias 13 e 14)

A memória descritiva foi escrita à máquina e nela são detalhadas todas as particularidades de funcionamento da nova tecnologia elétrica:

“Uma locomovel do typo “compound” e com sobreaquecedor acciona um gerador de corrente triphasica que fornece eletricidade tanto para accionar as diversas machinas da fábrica de fiação como a iluminação da mesma.

O gerador é accionado por correia e faz 600 revol.p.min. tem 130 Kva e produz corrente triphasica de 50 periodos e 225 v. entre phases. No mesmo eixo do Gerador está fixado um pequeno dynamo de corrente continua, para a excitação do Gerador.

O quadro é de mármore montado sobre armadura de tubos d'aço e divide as salas das machinas do local destinado os aparelhos do quadro.

Na frente do quadro estão os interruptores, corta circuitos geraes, e aparelhos de medida conforme o schema junto.

As ligações entre o Gerador e quadro, e entre este e os motores são todas feitas por cabo isolado montado em tubo sobre isoladores. Dentro da Central e entre o quadro e a Sala de Fiação estes cabos acham-se em canaes de cimento, abertos no chão e cobertos de chapa estreada. Para os contínuos e torces este canal continua por baixo da Fiação sendo as suas dimensões aqui sufficientes para circular um homem por elle. Aqui a cobertura do canal é feita por abobeda de betom. Para os motores das Cardas e dos Battedores, etc. Os cabos estão montados dentro da Fábrica ao largo e no alto da parede.

⁴² Balanço da Casa Comercial de António da Costa Guimarães, Filho & C.^a de 31 de dezembro 1892

⁴³ Livro de 1893, AMAP, cota 2-32-15-8

⁴⁴ Diário N.º8, 1913-1915, AMAP, cota 2-32-15-9

⁴⁵ Os *Ateliers de Construction Oerlikon*, Zurique, Suíça, estavam a operar na região e acabavam de concorrer, no mesmo ano, ao projeto de instalação de equipamento elétrico na Central Hidroelétrica de Santa Rita, em Fafe.

Os motores são de três tipos diferentes. Para as cardas e Battedores empregam-se motores asynchronicos com anneis de contacto e disposição para levantar as escovas e pôr em circuito curto o rotor. Estes motores accionam as machinas por correia e por intermedio de linhas d'eixo. Estes três motores são de 22 cavalos fazendo 960 revoluções por minuto.

Os torces accionam-se por motores asynchronicos com o rotor em circuito curto e que estão montados sobre a cabeça dos mesmos torces. Estes são accionados por correias e teem pequenos tambores esticadores para assegurar uma adherencia sempre boa da correia aos tambores. Os motores são de 2 1/2 cavallos e fazem 960 revoluções por minuto.

Os continuos accionam-se por motores ligados directamente aos seus eixos. Os motores são monophasicos com collectores que permitem uma variação de velocidade entre 700 e 1300 revoluções por minuto bastando para isso, mudar unicamente a situação das escovas do collector. Isto effectua-se por meio de um regulador automatico accionado pela banca do continuo. Estes motores são fechados e recebem o ar de ventilação do canal dos cabos.

A iluminação faz-se com uma voltagem de 220 volts com lampadas de filamento mettalico de 100 vélas na Fiação e Central, e de 50 vélas nas outras officinas.

Do quadro deriva uma linha trifilar por uma pequena placa de marmore que contem os interruptores e fusíveis d'illuminação.

As secções dos cabos, cargas, etc., estão indicados no schema:"

In "Projecto d'uma fabrica de fiação accionada por electricidade", de António da Costa Guimarães, Filho & C.^a, n.º 2597, em 31 de outubro de 1912.

Em 1913, são novamente convocados os serviços da empresa de *Joh. Hitzemann*, desta vez para a submissão do processo do seguro contra incêndios. A carta existente na coleção acompanha uma lista com enumeração de todas as máquinas existentes e distribuídas pelo "Salão da Fiação", "Salão da Tecelagem", "Casa das Máquinas", "Casa dos Batedores", "Serralharia" e "Carpintaria".

Na "Casa dos Batedores", para além do alimentador automático, a Fábrica dispunha de um abridor combinado com batedor, um batedor simples e um motor elétrico de 20 HP. Refere-se, ainda, a existência de um motor elétrico de 5 HP que abastecia as oficinas de serralharia e carpintaria da fábrica. No "Salão da Fiação"⁴⁶ a lista de equipamento envolvia motores elétricos, contínuos, dobadeiras, torcedores, fusos e outros utensílios e equipamentos, cujo valor total correspondia a 12.715\$00.

A distribuição dos diferentes edifícios pelos terrenos da fábrica configurou-se em função do desenvolvimento do negócio, contemplando as áreas técnicas e de mecânica, as unidades produtivas, os espaços de abastecimento (combustíveis e matérias primas), armazéns e zonas comuns, para além dos espaços destinados aos escritórios e administração.

Em vésperas de eclodir a Primeira Grande Guerra, o ritmo de compra de máquinas, utensílios e acessórios para a fábrica permanecia intenso e estabelecia-se, sobretudo, com fornecedores alemães. Além de *Joh. Hitzemann*, engenheiro alemão instalado no Porto, a família Costa Guimarães mantinha relações comerciais sólidas com *Edward Katzenstein* (cônsul alemão no Porto), *Arthur Wegehenkel* (Rua das Condominhas, Porto), *Friederich Bayer* (fábrica de produtos químicos para tinturaria que ficava na Alemanha), *Adolpho Höfle*⁴⁷.

⁴⁶ Em Agosto de 1914 a firma comprou ao agente portuense Alves, Costa Ld.^a "dois ventiladores elétricos de 30", systema Blanckmaan c/ motores de 220 volts, corrente alternativa, para o Salão da Fiação", importados a Wm Lancaster, Moore Ltd. de Manchester, pelo valor final de 379\$34.

⁴⁷ *Adolf Höfle & Companhia*, sociedade comercial fundada em 1910 pelos irmãos *Adolf e Gustav Höfler*, com sede no Porto, tinha como principal negócio a venda de máquinas industriais, incluindo máquinas para a indústria têxtil.

Quando Portugal entrou na guerra, muitos destes homens foram forçados a abandonar o país.⁴⁸

Apesar da tensão política internacional e de uma Europa em sobressalto, os teares mecânicos de *Jacquard* continuavam a chegar à Fábrica do Castanheiro, em versões mais atualizadas e aperfeiçoadas. As despesas tinham aumentando consideravelmente, mas as receitas pareciam acompanhar a mesma trajetória. Depois de anos de fidelização aos fornecedores ingleses, os administradores da Castanheiro começaram a comprar equipamento e material diverso aos suíços (caso do tear mecânico completo “*Fuslian*” de 84” adquirido em 1913) e franceses, por exemplo, à *Société de Produits Metallurgiques*, de Nancy.⁴⁹

O negócio continuava a crescer e a fábrica recebia mais torces, fusos, contínuos e cardas. No salão da fiação e na sala dos batedores foi instalado um sistema de aquecimento, e uma encomenda com “*diverso maquinismo para instalação da força motriz elétrica*”, no valor de 62 mil escudos, vinda de Hendaia, dirigiu-se ao Porto, antes de transitar para Guimarães para equipar uma nova secção da fábrica.

A guerra avançava e os investimentos na Fábrica do Castanheiro também, centrando-se na nova fonte de energia – a eletricidade – em torno da qual se definiu a nova etapa de mudanças. Com a entrada em funcionamento da Central Elétrica do Castanheiro⁵⁰, acrescentou-se ao negócio dos têxteis o fornecimento de energia elétrica. Esta foi, aliás, uma prática generalizada e amplamente explorada pelos industriais têxteis daquela época que aproveitaram o vazio regulamentar para assumir um controlo do setor até à publicação da *Lei de Electrificação do País* (dezembro de 1944).

Em 1914, a firma António da Costa Guimarães, Filho & C.^a associou-se a Bernardino Jordão constituindo-se uma sociedade, a Jordão, Costa & C.^a, responsável pela *Central Hydro Electrica do Corvete*⁵¹. Em 1915, o saldo na conta da *Empresa Hydro-Electrica do Corvete*, registada nos diários da Fábrica do Castanheiro correspondia à quantia de 22.350\$00, e é neste ano que se iniciam os registos alusivos aos negócios com a eletricidade. O primeiro desses registos dá conta de “*dinheiro entregue a Bernardino Jordão, 18.850\$00, Março a Julho*”.⁵²

Esta firma expandiu a rede elétrica por Felgueiras e Guimarães, abastecendo domicílios e fábricas, mas desentendimentos entre os sócios levaram ao fim da relação e do negócio. O sonho da eletricidade terminava para Costa Guimarães, mas Belmiro Jordão prosseguiria com o seu projeto durante mais algumas décadas e com sucesso.

Entre 1912 e 1926 os livros diários e livros razão reportam investimentos em equipamento diverso e acessórios elétricos, como esta aquisição em cujo registo não se identifica o agente ou vendedor: “*Diverso material eléctrico para o transformador a saber: cabos e fita isoladora, parafusos nickelados (...) um amperómetro electro-magnético escala de 0 a 400 ampéres para corrente alternada e 50 períodos, um synchronoscope de 250 volts e 50 períodos, tubo Bergmann e esquadros Bergmann, 570\$83*”.⁵³

⁴⁸ No decurso da Primeira Grande Guerra, os alemães que viviam no Porto abandonaram as suas propriedades e empresas e, nos casos em que houve tempo para tanto, entregaram-nas a empregados portugueses. A comunidade alemã portuense era a terceira maior, a seguir aos ingleses e franceses.

⁴⁹ Fornecimento de grelhas *Promital* para as caldeiras.

⁵⁰ Para funcionar com eletricidade a fábrica pagava uma “*Licença de industria elétrica*” que custava 190\$00 e tinha validade de quatro anos.

⁵¹ Sobre este tema sugere-se a leitura do artigo “*Os aproveitamentos hidráulicos e hidroelétricos do Rio Ave no período 1902-1936*”, de Francisco S. Costa, apresentado no 7.º Congresso da Água (Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos) em 2004.

⁵² Livro Razão 1913/1915, AMAP, cota 2-32-20-6.

⁵³ ivro 1915 a 1917, AMAP, cota 2-32-15-11

Dos animais de carga ao *camion* alemão

Até à chegada do comboio a Guimarães em 1884, a ligação ao Porto estabelecia-se por diligência e carroças. Um carroto ao Porto custava entre 1\$000 e 3\$000 réis. Havia serviços de fretes diários, alguns especializados no transporte de mercadorias. O trânsito fazia-se sobretudo com carroças movidas por pares de cavalos ou juntas de bois. O comboio aproximou as cidades e reduziu consideravelmente o tempo de viagem, mas não excluiu a necessidade de recurso à força animal para proceder ao transporte das mercadorias e das pessoas. Também nos transportes o sistema dual manteve-se: o progresso tecnológico conviveu sempre com os recursos mais rudimentares e tradicionais.

Assim, não são de estranhar as referências a gastos gerais da Fábrica do Castanheiro relativas a forragens, palha, erva e milho para alimentar um cavalo⁵⁴, um jumento, um macho e uma junta de bois.⁵⁵ Estes animais asseguravam os carretos diários entre a fábrica e a estação dos caminhos de ferro no lugar do Cavalinho, acomodando-se na cavalaria e no estábulo existentes no edifício principal da Fábrica, em Urgezes.

A substituição dos animais pelos veículos automóveis de carga só aconteceu, e muito gradualmente, após 1920⁵⁶. O primeiro *camion* de carga – um *Mannsmann Mulag*⁵⁷ – adquirido em 1921 pela Fábrica do Castanheiro à firma Lage, Meneses & C.ª Ld.ª constituiu um novo progresso tecnológico. A “*viatura para transportes*” custou 20.000\$00. (Fotografia 15)

Combustíveis, matérias-primas e fontes de energia

O linho era importado da Irlanda, os produtos químicos da Alemanha, os cartões Jacquard da França, Bélgica e Suíça, o carvão procedia, às toneladas, de Cardiff, Newcastle e Newport e chegava a Guimarães através dos serviços do importador Thomaz José Rosas, ou, em alternativa e para dar resposta durante o tempo de guerra, de S. Pedro da Cova e da Figueira da Foz.

No primeiro ano da Grande Guerra o preço do linho aumentou consideravelmente e a direção da Fábrica mandou imprimir 250 “circulares para avisar o aumento do preço dos tecidos de linho”. Não há circulares destas no espólio, mas a informação sobre a impressão dos panfletos, presumivelmente distribuídos pelos clientes regulares, está registada.

Quanto ao algodão provinha essencialmente das colónias – Brasil e África. Assinala-se, a título de exemplo, a importação de 4.981 quilos de algodão “*Pernambuco*” e “*Goodmiddling New Orleans*” importado por R. Varela & Santos Ld.ª pelo valor de 1.975\$66 (1914).

A introdução dos produtos químicos nos processos de fabricação não foi propriamente uma novidade (na primeira fase de laboração já se utilizavam algumas “drogas” para o branqueamento), mas as novas metodologias implementadas na tinturaria obrigavam à aquisição de anilinas, matéria-prima para corantes, referência que começa a figurar com bastante frequência nos gastos gerais da fábrica a partir de 1912.

⁵⁴ No decurso da Primeira Guerra, o Regimento de Cavalaria requisitou o cavalo da Fábrica do Castanheiro para o esforço de guerra. A cedência está registada nos diários de 1917.

⁵⁵ Num dos registos diários de 1894 pode ler-se: “*dito d’erva e palha para o jumento, 1.020\$000*”, “*6 rasas de milho para o macho, 4\$350*”, “*gastos da fábrica com o jumento e um regador*”

⁵⁶ Efetivamente, a compra do veículo para transporte de mercadorias está documentada nos livros de contabilidade em 1921, no entanto, existe uma referência anterior, num dos diários de 1915 que reporta a “*Importância d’uma lata de massa para automovel*” que, por não contemplar informação adicional (fornecedor ou descrição do dito automóvel) levanta dúvidas sobre se se tratará do automóvel da família (cuja existência também não foi possível verificar).

⁵⁷ Empresa alemã fundada em 1900 por Fritz e Kurt Scheibler que começou por fabricar motores e máquinas. Em 1908 foi adquirida por Max Mannesmann, um inventor, e a nova marca (Mannesmann Mulag) especializou-se em veículos de carga e transportes. Abasteceu o exército alemão com camiões antes e durante a Grande Guerra, incluindo carros blindados. A fábrica foi extinta, por falência, em 1928. (Fonte: “*Max Mannesmann (1857-1915), Erfinder und Konstrukteur*”, em linha: <http://www.rheinische-geschichte.lvr.de/persoenlichkeiten/M/Seiten/MaxMannesmann.aspx>)

O mesmo se passa com a integração de motores que originam novos consumos e necessidades. Surgem nas listas de compras mensais produtos como os óleos e massas de lubrificação para os componentes mecânicos e despesas com serviços de reparação. Por exemplo, a locomóvel precisou de uma reparação um ano após a sua entrada em funcionamento. Essa intervenção implicou, em simultâneo, a compra de componentes e acessórios. Novos fornecedores surgem nas listas de negócios, exemplo de Álvaro Velloso Figueiredo e da *Vaccum Oil Company*, que passam a abastecer a Fábrica do Castanheiro com óleo mineral para a fiação *Calinder Oil, Engine 3* e *Shafling*, e *Occentoline-Alpha* para a locomóvel. Os custos incluíam o valor dos produtos e o “carreto Porto-Guimarães”. As despesas gerais e custos de funcionamento distribuíam-se por diferentes rubricas destacando-se, para além dos investimentos com tecnologia e serviços técnicos especializados, as despesas com as apólices de seguro contra incêndios, acidentes de trabalho e transportes, contratadas a companhias seguradoras portuguesas e estrangeiras (Inglaterra e Espanha). (Tabela 4)

Tabela 4 – Companhias seguradoras que prestavam serviços à firma António da Costa Guimarães, Filho & C.^a e à Fábrica do Castanheiro

Companhias Portuguesas
Companhia de Seguros <i>Douro</i>
Companhia de Seguros Prosperidade
Companhia de Seguros <i>Prosperidade</i>
Companhia de Seguros <i>Tranquilidade Portuense</i>
Companhia de Seguros <i>Comércio e Industria</i>
Companhia de Seguros <i>Tagus</i>
Companhia de Seguros <i>Garantia</i>
Companhia de Seguros <i>Segurança</i>
Mutualidade Portuguesa (seguros de trabalho)
Companhias Estrangeiras
Companhia de Seguros <i>Commercial Union</i>
Companhia de Seguros <i>La Union Y el Feniz Español</i>
<i>The Liverpool and London and Glob, Limited</i>

Fonte: Fundo histórico da Fábrica do Castanheiro, AMAP

IV – Negócios para lá dos panos

O negócio têxtil não se esgotava, nunca esgotou, nos teares ou na compra e venda de tecidos e fio. Passou também pela aquisição de ações e títulos de crédito, obrigações de dívida e do tesouro e posicionamento em companhias de seguros, tabacos, exportação e fiação, em Portugal e no estrangeiro. A consulta aos livros da casa revela esses investimentos, bem como a compra e venda de ações acompanhando as dinâmicas do mercado, sujeito à periclitante situação política portuguesa.

Quando se associa a indústria têxtil à capacidade de resiliência, bem se pode afirmar que esta deriva de uma tradição tão antiga quanto a da arte de tecer porque sempre esteve sujeita à interferência de fatores externos e ameaças difíceis de gerir e controlar. A diversificação dos investimentos, a aplicação de capitais em negócios e diferentes setores, a aquisição de imóveis (de que as quintas e edifícios residenciais nas cidades são um exemplo) permitia obter receitas e distribuir o capital evitando concentrá-lo na banca e ganhar controlo da própria riqueza.

Diversificação do investimento: papéis de crédito e empréstimos

António da Costa Guimarães foi um gestor atento às circunstâncias e mudanças do seu tempo. A sua grande experiência como negociante evidencia-se na aplicação que faz do seu capital. Correspondeu com empréstimos à Câmara Municipal de Guimarães, à Sociedade Martins Sarmento e à Associação Comercial e Industrial de Guimarães (Tabela 5), adquiriu ações de companhias têxteis (Fábrica de Fiação e Tecidos de Campelos, Companhia de Fiação e Tecidos do Porto e Companhia de Fiação de Crestuma) e alargou a sua esfera de influência, reforçando o seu poder como grande capitalista.

Tabela 5 – Empréstimos e obrigações de dívida pública mais significativos entre 1874 e 1926

Empréstimos	Câmara Municipal de Guimarães Sociedade Martins Sarmento Associação Comercial e Industrial de Guimarães
Obrigações	Dívida pública de Espanha Dívida pública de Portugal Dívida pública da França e da Bélgica

Podemos observar nos livros mais antigos referências à compra de ações e títulos. Alguns dos papéis registados em 1874⁵⁸ permanecem ativos em 1915, assim como outras aplicações financeiras, em bancos, instituições, agências e companhias do ramo industrial (têxtil) e de outros setores. (Tabela 6)

⁵⁸ Registo no Livro Razão de 1874, AMAP, cota 2-32-15-7

Tabela 6 – Listagem dos papéis de crédito (ações) entre 1874 e 1926⁵⁹

Designação
A Libertadora - Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada
Banco de Guimarães
Banco Comercial de Braga
Banco Comercial de Guimarães
Banco Mercantil de Viana do Castelo
Banco do Minho
Casa de Saúde de Portugal e Brasil
Companhia de Fiação e Tecidos do Porto
Companhia de Fiação de Crestuma
Companhia de Crédito Comercial de Lisboa
Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães
Companhia de Fiação de Crestuma
Companhia de Fiação e Tecidos do Porto
Companhia Petrolífera Portuguesa
Companhia de Seguros “O Futuro”
Companhia dos Tabacos de Portugal
Empresa do Diário Nacional
Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos
Teatro Dom Afonso Henriques

Relativamente aos movimentos de comissões e desembolsos registados em 1874 perfazem um total 1.175\$500⁶⁰, valor ao qual acresce o produto resultante da venda de 30 ações da Companhia de Crédito Comercial de Lisboa a 9\$600 réis (288\$000 réis).⁶¹ Entre os anos de 1883 e 1887 verifica-se um ligeiro decréscimo no valor dos papéis de crédito da firma António da Costa Guimarães, Filho & C.^a.

⁵⁹ Valores reunidos com base no livro Diário (1874-1877),

⁶⁰ Livro Diário (1874-1877)

⁶¹ Idem

Tabela 7 – Valor dos papéis de crédito no período de arranque mecânico da Fábrica

Ano	1883	1884	1885	1886	1887
Valor	1.504\$000	1.524\$920	1.346\$500	1.332\$000	1.346\$500

Fonte: Diários e livros Razão (1883-1887), Fábrica do Castanheiro, AMAP

O falecimento do fundador e as novas sociedades dos herdeiros

O primeiro pacto social data de 1881 e José Miguel, o filho mais velho de António da Costa Guimarães, assume o seu papel ao lado do pai. Será o homem que vai liderar a segunda fase de inovação tecnológica da Fábrica. O pai foi responsável pela mecanização, o filho pela introdução da eletricidade.

Com o falecimento do fundador em 1892, o filho assumiu a liderança na condução dos negócios da família. A nova sociedade com capital social de 35 mil réis⁶² integrava os filhos homens⁶³ e o genro, António Pereira de Sousa, casado com a filha mais velha do fundador, Ana Emília:

“Diversos a capital: 35.000\$000 reis, importancia do capital da sociedade commercial estabelecida n’esta praça entre António Pereira de Sousa, José Miguel da Costa Guimarães, Alvaro da Costa Guimarães, e Francisco d’Assis Costa Guimarães sob a firma de António da Costa Guimarães, Filho & Companhia, conforme o contracto que vai ser redusido a escriptura publica, a saber: Antonio Pereira Sousa (4 quotas), José Miguel da Costa Guimarães (4 ditas), Alvaro da Costa Guimarães (4 ditas), Francisco d’Assis Costa Guimarães (4 ditas)”

In Livro Diário n.º1 (1893 a 1897)

A primeira medida adotada pela nova sociedade de herdeiros passou pela remodelação da loja da Rua Nova de Santo António. Decorreriam cinco anos até à constituição da sociedade seguinte, forçada pelo falecimento de Josefa Rosa da Silva Mattos, mulher do fundador da Fábrica do Castanheiro. O novo contrato de sociedade incluía como sócio o talentoso caixeiro que 15 anos antes viajara para Inglaterra⁶⁴:

“Saibam quantos esta escriptura viveram que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos noventa e oito, aos dois d’Abril n’esta cidade de Guimarães, Campo do Toural e meu escriptorio compareceram António Pereira de Sousa, casado, Simão Costa Guimarães, casado, Álvaro da Costa Guimarães, casado, Francisco d’Assis Costa Guimarães, solteiro, e Manoel Pereira Bastos, solteiro, todos comerciantes, moradores, os quatro primeiros n’esta cidade, e o quinto na freguesia de Santo Estevão d’Urgeses, d’esta comarca, e de mim, Tabelião reconhecido pelos próprios, do que dou fê.”

In Contrato de Sociedade, Tabelião João d’Oliveira, p.39, 1898

⁶² Livro Diário n.º1 (1893 a 1897). A escritura de contrato de nova sociedade foi celebrada em Agosto de 1893 perante o Tabelião Oliveira Bastos

⁶³ De acordo com os estatutos da empresa, e por determinação expressa pelo fundador António da Costa Guimarães, apenas os descendentes do sexo masculino podiam ser sócios. Esta disposição foi alterada em 1948.

⁶⁴ Contrato de sociedade, Tabelião João d’Oliveira, João Joaquim d’Oliveira Bastos p.39, NI 33– AMAP, cota 9-2-25-1-5

Manoel Pereira Bastos assumiu o seu estatuto de sócio da Fábrica do Castanheiro com uma quota menor e uma posição não participativa, embora com direito ao cargo de diretor da fábrica, função que lhe concederia grande poder interno. Esta sociedade será responsável pela segunda fase de inovação tecnológica da Fábrica do Castanheiro e que, por isso mesmo, ganhará um forte impulso de crescimento e desenvolvimento.

Um negócio de família – apontamentos de uma vida

Ficamos a conhecer aspetos da vida da família Costa Guimarães nos diários da firma e da Fábrica ao longo dos anos e através dos quais é possível recolher elementos importantes sobre o contexto social, valores e hábitos da época (Anexo 2). Assiste-se ao próprio desenvolvimento de Guimarães, reconhecendo-se nestes apontamentos informação sobre a participação cívica e política dos cidadãos mais abonados que se mostravam empenhados na construção da nova cidade industrial e, simultaneamente, sensíveis às modas e à vida mundana.

Começamos pelos livros de 1874⁶⁵ nos quais se descrevem os bens da família - a casa na Rua Nova de Santo António – que ainda existe, e onde funcionou a loja ou “depósito” – os seus móveis, a Quinta de Serzedelo (do Crasto), a coleção de papéis de crédito – que já incluía ações do Teatro D. Afonso Henriques, um título da dívida de Espanha e cinco ações do Banco de Guimarães -, o dote da filha mais velha⁶⁶, Ana Emília, futura mulher de António Pereira de Sousa, um dos sócios da fábrica.

Acresciam os “*gastos da casa*” que variavam entre importâncias para custear medicamentos, comprar vestidos e chapéus, esmolas⁶⁷, deslocações ou investimentos na educação e formação⁶⁸ - como a compra de 54 fascículos do Dicionário Popular “*que pagou a empresa*”, por 4\$320 para o filho José Miguel ou a importância paga a um professor de instrução primária contratado por 19 dias para acompanhar a filha Amélia na admissão aos exames. Outras despesas eram contempladas como as que se asseguravam ao filho Simão “*com marçano, rendas, comida, casa e roupa lavada*”.

A família Costa Guimarães manteve ativas diversas assinaturas anuais de jornais e revistas, destacando-se, pela antiguidade e continuidade, o jornal “*O Commercio do Porto*”⁶⁹, a revista francesa “*l'Industrie Textile*” (assinatura anual de 6\$485 réis) e “*O Jornal do Commercio e das Colónias*” (3\$000 réis).

Após a morte do marido em 1892, Josefa Mattos conservou a gestão da vida doméstica sob sua responsabilidade, mas todas as despesas com a “*vida da casa*” ficavam inscritas nos diários da Fábrica. Para além dos gastos pessoais, incluíam-se nos livros os custos com a cozinha e as suas criadas – Teresa de Jesus, Maria de Jesus e Maria Beatriz -, assim como as despesas com as vindimas (da Quinta do Crasto), consertos de mobílias, oferta de esmolas e pão para os pobres desvalidos, missas e pequenas verbas atribuídas aos organizadores da Festa de Nossa Senhora das Dores e ao pároco de S. Paio.

Em 1894, Josefa Matos adoeceu e o seu estado de saúde foi-se agravando, a avaliar pelo número de registos referentes a despesas com medicamentos comprados na farmácia da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães e “*serviços clínicos pagos ao Dr. Queiroz*” e ao “*Dr. Anthero Campos da Silva*”, que acompanhou os últimos dias de vida da senhora.

⁶⁵ Livro Diário 1874-1877, AMAP, cota 2-32-15-7

⁶⁶ Com escritura de 11 de setembro de 1872 no tabelião José Ribeiro da Silva e Castro

⁶⁷ Através da firma, a família procedia a doações regulares com destino a várias instituições da cidade, por exemplo, o Asylo da Mendicidade recebia um subsídio mensal e a existência de inúmeros registos de pequenas despesas com certidões de óbito, medicamentos e taxas não inscritos nas despesas da família mas em outros gastos e custos, sugere uma prática para com os mais desfavorecidos.

⁶⁸ Destaca-se uma despesa com formação de um dos netos do fundador, filho de Álvaro Costa, registada no Diário (1915-1918) relativa à frequência da Escola Académica de Lisboa, com indicação de faturas e despesas trimestrais e entrega de duas quantias a José Henrique Totta e a Borges & Irmão.

⁶⁹ O primeiro registo encontrado de assinatura data de 1873 e tem o valor anual de 7\$600 réis. Sucederam-se várias revalidações até meados de 1898 (tendo o custo diminuído para os 6\$800 réis)

Todas as despesas com o funeral, no valor final de 222\$505 réis, estão pormenorizadamente assinaladas no diário da fábrica:

“Despesas c/ as criadas Maria de Jesus e Thereza de Jesus; Medicamentos pagos à pharmácia da Misericórdia; serviços clínicos pagos ao Dr. Anthero Campos da Silva; artigos de luto para as criadas; 3 m de panno de linho para um lençol; Despesas c/ funeral e missas de 7.º dia a pagar a Passos & Filhos; Esmola ao Asylo da Mendicidade de N.ª Sr.ª da Consolação e Santos Passos; Dito ao Asylo de Santa Estephania; Despesa de cosinha e outros”

In Livro Diário n.º1 de 1893-1897, AMAP

Josefa Mattos faleceu no dia 31 de janeiro de 1895 e, após a sua morte, os herdeiros decidiram vender a Quinta do Crasto (Serzedelo). Para publicitar o negócio lançaram um anúncio no jornal *“Imparcial”* e reforçaram a divulgação com a impressão de 250 panfletos de que dá conta o registo de despesa de \$800 pagos *“à graphica de Joaquim Ferreira dos Santos por importe de 250 annuncios para venda da Quinta do Crasto, sita na freguesia de Serzedello”*.

António da Costa Guimarães, o fundador

Nascido em 1832 na freguesia de Travassós, no concelho de Fafe, António da Costa Guimarães começou como aprendiz no comércio de linhos, instalando-se como comerciante de tecidos em 1854. Aos 30 anos já dispunha de uma rede de teares manuais de dimensão industrial e tornou-se num dos mais influentes negociantes de Guimarães. Foi vereador e dirigente associativo.

Participou nas exposições internacionais e os seus produtos foram premiados pela alta qualidade. Sensível à inovação tecnológica, e ao contrário dos seus pares, não contratou mestres estrangeiros para administrarem a sua Fábrica, antes investiu na formação de um empregado da sua máxima confiança, que enviou para Manchester para aprender mecânica têxtil e acompanhar a instalação da primeira linha de teares mecânicos de tipo *Jacquard*.

Do casamento com Maria Josefa da Silva Mattos nasceram os filhos Anna Emilia da Costa, Maria d'Oliveira Costa, Amelia da Conceição Costa, Maria Margarida Costa, José Miguel da Costa Guimarães, Simão da Costa Guimarães, Álvaro da Costa Guimarães e Francisco d'Assis Costa Guimarães. (Fotografia 16)

Em 1859, aos 27 anos, foi chamado à direção da Assembleia Vimaranesense, então presidida pelo Visconde de Pindella. O nome de António da Costa Guimarães consta ainda da relação dos instituidores da Associação de Socorros Mútuos Artística Vimaranesense (1866) tinha 34 anos, e figura como secretário efetivo do Conselho Fiscal da direção de 1890 do Banco de Guimarães (58 anos).

Entre 1878 e 1880 António da Costa Guimarães foi indicado para as listas à Câmara Municipal. O industrial irá acompanhar o presidente António Coelho da Mota Prego (advogado e proprietário) integrando o executivo municipal entre 1878 e 1880.

Afastou-se da política para se dedicar apenas à fábrica. O próximo membro da família a integrar as listas do município seria o filho mais velho, José Miguel, afeto ao Partido Regenerador, que acompanhará o Conde de Margaride como vereador substituto nos anos de 1888 e 1889. Sucodem-se novos mandatos em 1893 e 1894/1898, como vereador, sob presidência de António Coelho da Mota Prego. Esta proximidade aos centros de decisão política terá, certamente, reforçado a notoriedade social e posicionado a família no seio da mais insigne elite vimaranense.⁷⁰

⁷⁰ Sugere-se, a este respeito, a leitura do artigo *“Guimarães entre 1853 e 1901: um apontamento político e social”*, de Francisco Brito, publicado no Boletim de Trabalhos Históricos (2014).

António da Costa Guimarães faleceu aos 60 anos, em Guimarães, no dia 5 de novembro de 1892, na sequência de uma doença cardíaca. O seu funeral foi muito participado e noticiado.

“Fallecimento — Victimado aos estragos d'uma lesão cardíaca, falleceu esta noite o illustre senhor Antonio da Costa Guimarães, acreditado negociante e prestimoso industrial d'esta cidade, onde montou a excellente fabrica de tecidos de linho do Castanheiro, que, se honrou a sua arrojada iniciativa, mais honra ainda, pela excellencia dos seus productos, a importante industria vimaranense a que veio abrir mais largos horizontes.

“O sr. António da Costa Guimarães, que às suas qualidades de exemplar chefe de familia reunia os dotes d'uma irreprehensivel austeridade de caracter, d'uma inconcussa probidade e d'uma inapreciavel energia trabalhadora, era aqui e em toda a parte onde era conhecido, geralmente estimado e apreciado como o são sempre todos os homens de bem.

A toda a sua desolada familia, e especialmente a seu filho e sócio, José Miguel da Costa Guimarães, a que nos prendem laços d'intima amisade e de suma gratidão, enviamos d'aqui a expressão sincera da nossa condolencia”.

In Comércio de Guimarães, IX Ano, N.º 790, de 7 de novembro de 1892

O seu legado não se confinou à Fábrica, à proeminente atividade social ou a um lugar na toponímia local.⁷¹ Costa Guimarães viveu o tempo suficiente para transmitir aos filhos a energia de um espírito inquieto, inconformado e ambicioso, sintonizado com o novo tempo e aberto à inovação e aos progressos que a educação, a ciência e a tecnologia pareciam oferecer. Deixou também o exemplo de um cidadão ativo que os filhos mais velhos seguiram ao envolver-se com o movimento político, cultural e associativo da cidade. José Miguel como político, dirigente associativo e industrial, Simão Costa como benemérito da Sociedade Martins Sarmiento e patrono de um prémio escolar com o seu nome, mas também dedicado bombeiro voluntário. Foi, aliás, a sua entrega aos Bombeiros Voluntários de Guimarães, onde assumiu funções como comandante (1894 a 1933) que lhe concedeu um lugar na história de Guimarães. Apaixonado por automóveis aplicou os seus dotes de mecânica à reconversão de um camião Studebaker num autotanque de combate a incêndios. Terá sido o próprio a desenhar a transformação do veículo, que tem o seu nome, circula e faz parte do museu daquela Associação Humanitária.

⁷¹ A principal rua da freguesia de Urgezes, onde se situam a fábrica e a casa da família tem o nome de António da Costa Guimarães. Uma outra rua, perpendicular à primeira, foi atribuída ao Comendador Manoel Pereira Bastos, o caixeiro em quem tanto Costa Guimarães confiou.

Conclusão

Como cidade de indiscutível perfil industrial, Guimarães poderá enriquecer a sua história através de estudos que contribuam para melhor conhecer o percurso dos pioneiros da industrialização, como é o caso de António da Costa Guimarães e seus sucessores.

A coleção da Fábrica do Castanheiro é um tesouro documental confiado pela família à cidade e aos vimaranenses. É um património notável cujo valor está longe de se esgotar no presente estudo.

Que a doação deste acervo sirva de exemplo a outros, para que a história da indústria, e dos seus protagonistas, tenham sido eles negociantes, industriais, mestres, inventores, engenheiros, artistas ou operários, possa ter o lugar que, justificadamente, todos merecem na História de Guimarães e na história da indústria, ciência e tecnologia em Portugal.

Referências bibliográficas

- BRITO, Francisco - *Guimarães entre 1853 e 1901: um apontamento político e social*, III série, vol. III do Boletim de Trabalhos Históricos. Guimarães: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (2014)
- CACHADA, Armindo – O linho no campo e na arca – Guimarães: Grupo Folclórico da Corredoura, 2004
- CORDEIRO, José M. Lopes - Património Industrial do Vale do Ave. 1.^a Edição. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, Museu da Indústria Têxtil, 1992.
- DAVIS, John A. - A industrialização na Inglaterra e na Europa antes de 1850: novas perspectivas e velhos problemas. In MATHIAS, Peter; DAVIS, John A. (coord.) - *As Primeiras Revoluções Industriais*. 2.^a Edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. ISBN972-20-1069-7. pp 71-100.
- MENDES, José M. Amado – Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX. *Análise Social*, Vol. XVI (61-62), 1980-1.^o-2.^o, pp.31-62
- MÓNICA, Maria Filomena - Capitalistas e industriais (1870-1914), *Análise Social*, Vol. XXIII (99), 1987-5.^o, 819-863.
- NEVES, António A. das, LAMEIRAS, Alberto (orgs.) - 1884- O ano que mudou Guimarães. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 2010.
- REIS, Jaime. A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913. *Análise Social*, Vol. XXIII (96), 1987 – 2.^o, pp. 207-227
- SAMPAIO, Alberto - Resposta a uma pergunta. Convirá promover uma exposição industrial em Guimarães? *Revista de Guimarães*: 1 (1) Jan.-Mar. 1884, p. 25-34. (1884)
- SAMPAIO, Alberto, MEIRA, José Joaquim de - Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884, fac-simile. Guimarães: Muralha - Associação de Guimarães para a Defesa do Património, 1991

Documentos eletrónicos

“Max Mannesmann (1857-1915), Erfinder und Konstrukteur”, em linha: <http://www.rheinische-geschichte.lvr.de/persoenlichkeiten/M/Seiten/MaxMannesmann.aspx>

Jornais

Comércio de Guimarães, N.º790, de 7 de novembro de 1892, IX Ano, Sociedade Martins Sarmento

Outras fontes documentais

- Carta da Rainha D. Maria II de elevação de Guimarães a cidade, (1853) Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães, Cota: 8-1-2-11
- Fundo documental e histórico da Fábrica do Castanheiro/ António da Costa Guimarães, Filho & C.^a (AMAP)
- Contrato de Sociedade, Tabelião João d'Oliveira, p.39, 1898 (Cota 9-2-25-1-5), AMAP
- “Efemérides Vimaraneses”, Francisco Martins in “Guimarães, o Labor da Grei” (1928)

Agradecimento

Este trabalho e a pesquisa que lhe está associada só foi possível realizar graças à preciosa colaboração dos senhores Dr. Luis Costa e Dr. Paulo Cerquinha (família Costa Guimarães), da Dra. Alexandra Marques, diretora do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, das técnicas e técnicos do arquivo, sem exceção, e cujo conhecimento prático e ágil na deteção e identificação de documentos permitiu vencer o pouco tempo disponível para a investigação.

À senhora Vereadora da Educação da Câmara Municipal de Guimarães, Dra. Adelina Pinto, pela disponibilidade e vontade em conhecer os objetivos do projeto, assim como no apoio institucional concedido.

ANEXO 1**Alguns fornecedores, fabricantes, agentes e clientes, nacionais e estrangeiros, da Fábrica do Castanheiro (*)****Agentes e fornecedores de teares, equipamento têxtil, acessórios e utensílios para tecelagem e fiação (Inglaterra)**

Designação	Datas	Observações
Tweedales & Smalley Ltd., Castleton – Manchester	Século XIX-XX	Teares
G. Reiss & C.º Limited, Manchester	1915/1916	Teares
Wm (?) Lancaster, Moore & Co Ltd, Manchester	1915/1917	Teares
John Hetherington & Sons, Limited – Manchester	Século XIX-XX	Teares
Platt Brothers Co Limited	Século XIX-XX	Teares
John M. & Summer Ltd	Século XIX-XX	Teares
Harker, Sumner C.º Ltd	1913	Agente de Manchester com escritórios em Lisboa – exportador de máquinas
Charles Coverley Ltd	Século XIX	Serviços
Wm. Lancaster, Moore & C.ª, Manchester	1912 a 1917	n.d
Charles Hahlo & Sons, Bradford	1912, 1913	n.d
F. Brindle C.º Ltd	1912 a 1918	n.d
S. A. Meyer & C.º	1883, 1895	Teares
Anglo Foreign Bank Comp. Ltd	1893	Serviços
Street & C.ª	1894	Montagem e concertos de máquinas
Richardson Brothers & C.º	1914/1915	n.d.

Fornecedores e agentes (Irlanda)

Designação	Datas	Observações
Dunbar Mc Master & C.º, Gilford, Irlanda	1879 - 1884	Agente, fazendas
Bessbrook & Spinning C.º Limited (Linen Spinners)	1883 - 1923	Fio de linho e fazendas
John Preston Ltd	1902-1920	n.d.
Jaffe Bros., & Co, Donegal Square, Belfast (Linen Manufactures)	1913- 1915	Fio de linho
The Linnen Thread Company Ltd	1913	Foi o maior produtor de fios de linho do mundo

Fornecedores e agentes (Alemanha)

Designação	Datas	Observações
Schoeller Bücklers & Cie	1893	Fio de linho
Ravensberger Spinnerei	1894, 1895	Fio de linho
Eisenwerk Lauchhammer – Holzstich	1883	Fundição
Eduard Katzenstein Ld. ^a , Sucessores – (Porto)	1896- 1914	Máquinas têxteis, agente
Farbenfabriken vom Friedrich Bayer Ltd.	1912, 1913	Drogas e produtos químicos
Libert Westphalen, Hamburgo	1912	n.d.
Sachsische Webstuhifabrik	1913...?	n.d.
Arthur Wegehenkel	1913	Máquina de cortar amostras, marca AI

Fornecedores e agentes (França e Bélgica)

Designação	Datas	Observações
Carlier Boitelle	1883	Cartões Jacquard
H. Vaultier	1913	n.d.
E. Pfeill	1913	Máquina de fazer cordão
Gaillard Père & Fils	1913	Acessórios para máquinas Jacquard
Société de Produits Metallurgiques de Nancy	1913	Metalurgia e máquinas
L. Vandenbroeck	1912, 1913	Bruxelas, Bélgica

Fornecedores e agentes estrangeiros sediados em Portugal

Localização	Designação	Datas	Observações
Porto	François Babel & C. ^a	1912/1913	
	Pierre Damaz	1912/1913	
	P. Jacquet	1912	
	Joh Hitzemann	1912-1916	Equipamento elétrico e eletricitas
	Adolpho Höfle & C. ^a	1912/1913	
	Wall & C. ^a	1912	
	Arthur Wegerhenkel	1912/1913	Máquinas têxteis
	Vaccum Oil Company	1912/1913	Combustíveis
	Guilherme Puls	1912	
	Alves Costa & C. ^a	1896	Já aparecem referências anteriores; despachante
	Alexandre Lenzinger	1916	
	Wall & C. ^a	1916, 1917	
	Charles Coverley & C. ^a	1916, 1917, 1918	
	Wandschneider C. ^a	1913, 1916, 1917, 1918	
Lisboa	H. Vaultier	1912, 1916, 1917, 1918	
n.d.	Thomaz José Rosas	1914	Fornecedor de carvão tipo Hul
n.d.	José Lopes Ferreira	1914	Máquinas têxteis
n.d.	Augusto Pinto Areis	1914	Recargas de extintores

Fonte: Fundo histórico da Fábrica do Castanheiro

Alguns fornecedores e clientes nacionais (séculos XIX e XX)

João Evangelista da Silva Mattos & C.^a (Porto); Fernando Fricke, Diretor do Banco União, vendia “utensílios de fabricação” (Porto); A. Fernandes & Machado (Praça D. Pedro n.º 46, Porto, armazém de retrosaria, algodões e “diversas quinquilharias”); António Martins d’Azevedo (Rua de Santo António n.º 148, Porto, armazém de “diversas fazendas nacionais e estrangeiras”); L. J. d’Oliveira & C.^a (Rua de Santo António, n.º 47-49, Porto); Bernardo Teixeira de Mesquita Montenegro (Rua Dona Maria II, n.ºs 26, 28, 30, Porto, vendia papel em resma e fitas de chita e de cores); Viúva Moré [da Livraria Moré, Rua de Santo António n.º 42-44 e Agência em Paris, na Rue d’Arcole. Foi a editora de Camilo Castelo Branco. Livraria especializada, ponto de encontro para as elites da cultura portuense. “Comissão e exportação. Artigos de papelaria, Livraria portuguesa e estrangeira - fornecimento de escriptorio, desenhos etc, tintas, papel, livros em branco, prensas de copiar, vinho de champagne e de bordeus, cognac, conservas e licores, artigos de gostos modernos, oculos para teatro, porcellanas, cristaes, bronzes, albuns, photographias, armas, revolvers e pistolas” - (Descritivo de uma fatura da Viúva Moré existente na coleção da Fábrica do Castanheiro)]; Ignácio José Alves Costa (Porto); Hospital de Coimbra; Sociedade Commercial d’Exportação Limitada (Porto); Centro Industrial do Minho (Famalicão); Grandella Ld.^a (Lisboa); Ferreira da Cunha (Guimarães); José Jacintho Coelho C.^a, Sucessores (Guimarães; António da Cunha Mendes (Guimarães); José Florêncio Soares, Sucessores (Fafe); Tomaz José Rosas (fornecedor português de carvão); Direção dos Serviços do Sanatório Souza Martins (Guarda).

Fonte: Fundo histórico da Fábrica do Castanheiro (AMAP) e coleção da família

ANEXO 2

Tabela cronológica

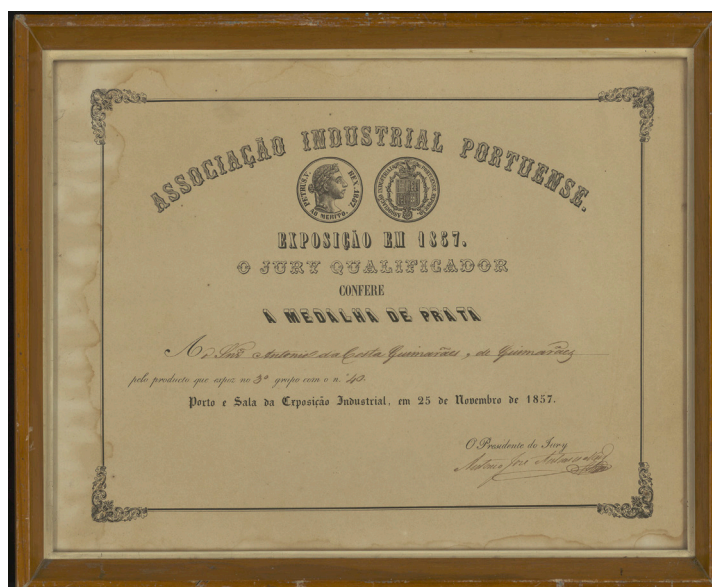
Principais acontecimentos da Fábrica do Castanheiro e de Guimarães entre 1844 e 1918

-
- 1844 – António da Costa Guimarães já dispunha do seu negócio de panos
 - 1853 – Elevação de Guimarães a cidade (Carta régia de D. Maria II)
 - 1854 – Fundação da firma António da Costa Guimarães, Filho & C.^a, com sede na Rua Nova de Santo António
 - 1855 – Abertura do Teatro D. Afonso Henriques
 - 1860 – Introdução do sistema métrico decimal em Guimarães
 - 1864 – Inauguração da iluminação a petróleo em algumas ruas da cidade
 - 1865 – Fundação da Associação Comercial e Industrial de Guimarães
 - 1869 – Real Fábrica de Tecidos de Linho, Lã e Algodão
 - 1870 – Fundação da Associação Artística Vimaranesense
 - 1874 – Inauguração da primeira fábrica a vapor de Guimarães (cutelarias e fundição de Joaquim José de Oliveira e Silva Guimarães)
 - 1877 – Instalação da Companhia de Bombeiros Voluntários de Guimarães
 - 1882 – Fundação da Sociedade Martins Sarmento
 - 1883 – Caixeiro da Fábrica do Castanheiro viaja até Inglaterra
 - 1884 – Inauguração do caminho de ferro de Guimarães
 - 1884 – Teares mecânicos de Jacquard instalados na Fábrica do Castanheiro
 - 1884 – Exposição Industrial de Guimarães
 - 1884 – Escola Industrial de Guimarães
 - 1885 – Fábrica do Castanheiro começa a operar com os teares mecânicos Jacquard
 - 1886 – Conclusão das obras de construção da fábrica de tecidos
 - 1890 – Obras de construção da Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães (Campelos)
 - 1892 – Falecimento de António da Costa Guimarães
 - 1894 – Falecimento de Josefa Mattos, esposa de António da Costa Guimarães
 - 1896 – Instalação de uma máquina a vapor na Fábrica do Castanheiro
 - 1897 – Fábrica a Vapor de Tecidos de Guimarães
 - 1898 – Nova sociedade entre os filhos, genros e antigo caixeiro de António da Costa Guimarães - Sociedade “Fábrica do Castanheiro”
 - 1899 – Falecimento de Martins Sarmento
 - 1900 – Primeiro “Regulamento da Fábrica”
 - 1900 – Abertura da Avenida da Indústria entre o Toural e a estação dos caminhos de ferro
 - 1903 – Inauguração da luz elétrica em Guimarães
 - 1907 – Associação dos Empregados do Comércio celebra o primeiro dia de descanso semanal
 - 1912 – Eletrificação da Fábrica do Castanheiro
 - 1914 – Seguro contra incêndios – primeiro processo técnico
 - 1916 – Portugal entra na Primeira Grande Guerra (1914-1918) e muitos operários abandonam as fábricas para integrar o Corpo Expedicionário Português
-

Fontes: Fundo histórico da Fábrica do Castanheiro e “Efemérides Vimaranesenses” in “Guimarães, o Labor da Grei”, Francisco Martins (1928)



1. Fábrica do Castanheiro - Imagem do edifício principal no início do Século XX. (AMAP)



2. Diploma - Medalha de prata atribuída a António da Costa Guimarães, Filho & C.^a pela participação na Exposição Industrial Portuense, Porto, 1857 (AMAP)



3. Diploma - Medalha de prata atribuída a António da Costa Guimarães, Filho & C.^a pela participação na Exposição Internacional de Viena, 1873 (AMAP)



4. Diploma de 1ª Classe atribuído a António da Costa Guimarães, Filho & C.^a pela participação na Exposição Industrial de Guimarães 1884 (AMAP)



5. Anúncio da Fábrica de Tecidos a Vapor do Castanheiro (finais do século XIX)



6. Identidade da Fábrica do Castanheiro - O primeiro emblema da Fábrica do Castanheiro consistia num círculo no centro do qual se apresentava uma aranha sobre a sua teia, protegida pelo selo de Salomão (dois retângulos entrelaçados formando uma estrela de seis pontas) rodeados em círculo pela representação de um cinto com fivela apertada e com ponta cruzada para o exterior. Sobre o símbolo a designação "Marca da Fabrica".



7. Coleção de carimbos em cobre e zinco sobre madeira, fabricados pela fundição e tipografia alemã *J.G.Schelter & Giesecke*, de Leipzig.
(AMAP)



8. Carimbo com alto-relevo representando medalhas obtidas nas exposições internacionais. Madeira e metal. Fabricante: atelier de Franz Sylvester, de Dresden (AMAP)



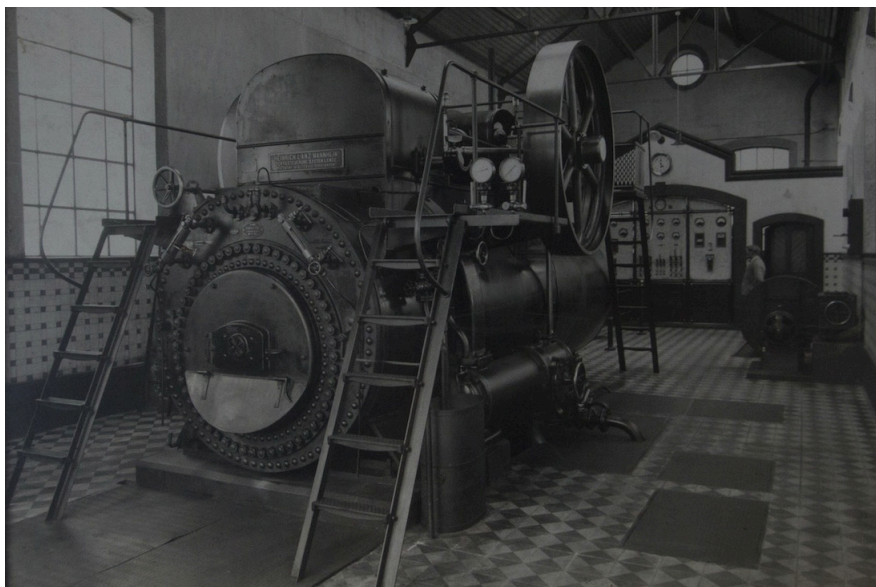
9. Regulamento da Fábrica do Castanheiro, 1900. (AMAP)

HORARIO DO TRABALHO									
TEMPO	Nascimento do sol		Occaso do sol	Serão até às 8 horas da noite		Horas de serão	Horas de trabalho Descontada 1 h. e 30 m. para almoço e jantar		
	Entrada para o trabalho								
		Horas	Minutos	Horas	Minutos	Horas	Minutos	Horas	Minutos
Janeiro	1 a 15.	7	15	5	—	3	—	11	15
	16 a 31.	7	15	5	15	2	45	11	15
Fevereiro	1 a 14.	7	—	5	30	2	30	11	30
	15 a 29.	6	45	5	45	2	15	11	45
Margo	1 a 15.	6	30	6	—	2	—	12	—
	16 a 31.	6	—	6	15	—	—	10	45
Abril	1 a 15.	5	45	6	30	—	—	11	15
	16 a 30.	5	15	6	45	—	—	12	—
Maio	1 a 15.	5	—	7	—	—	—	12	30
	16 a 31.	4	45	7	15	—	—	13	—
Junho	1 a 15.	4	30	7	15	—	—	13	15
	16 a 30.	4	30	7	30	—	—	13	30
Julho	1 a 15.	4	45	7	30	—	—	13	15
	16 a 31.	5	—	7	15	—	—	12	45
Agosto	1 a 15.	5	15	7	—	—	—	12	15
	16 a 31.	5	30	6	45	—	—	11	45
Setembro	1 a 15.	5	45	6	30	—	—	11	15
	16 a 30.	6	—	6	—	2	—	12	30
Outubro	1 a 15.	6	—	5	30	2	30	12	30
	16 a 31.	6	15	5	15	2	45	12	15
Novembro	1 a 15.	6	30	5	—	3	—	12	—
	16 a 30.	7	—	4	45	3	15	11	30
Dezembro	1 a 15.	7	15	4	30	3	30	11	15
	16 a 31.	7	15	4	45	3	15	11	15

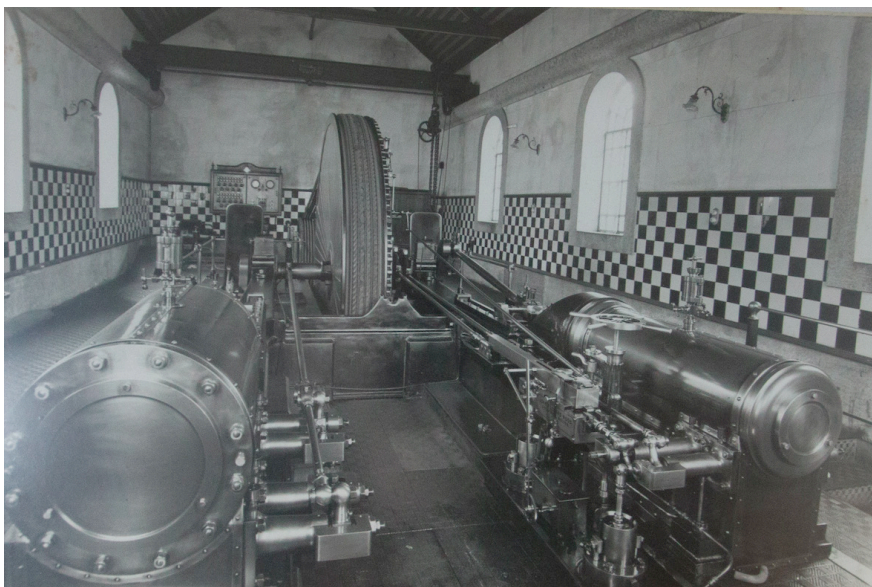
10. Horário de trabalho em vigor na Fábrica do Castanheiro, 1900. Pormenor do Regulamento (AMAP)



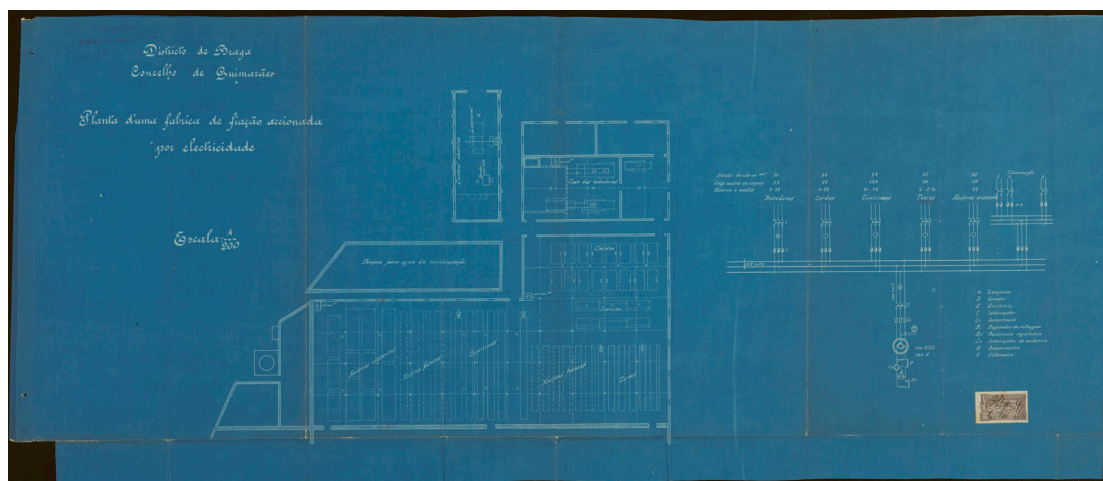
11. Salão de fição mecanizada e contínuos - Fábrica do Castanheiro. Século XX. (AMAP)



12. Caldeira - Casa das Máquinas. Século XX. Coleção de família



13. Locomóvel - Central Elétrica do Castanheiro. Século XX. Coleção de família



14. Planta da Fábrica do Castanheiro apresentada por Joh. Hitzemann no projeto de eletrificação em 1912 (AMAP)



16. Retrato a óleo de António da Costa Guimarães, Coleção da família



16. Retrato a óleo de Josefa Mattos, esposa de Antônio da Costa Guimarães. Coleção da família